

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

Fabiano Vargas de Vargas

**ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA ABATE POR
PECUARISTAS FAMILIARES DE DIFERENTES REGIÕES DO RIO
GRANDE DO SUL**

Santa Maria, RS
2019

Fabiano Vargas de Vargas

ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA ABATE POR PECUARISTAS
FAMILIARES DE DIFERENTES REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Nunes Vaz

Santa Maria, RS
2019

Vargas, Fabiano Vargas de Vargas
Análise da comercialização de animais para abate por
pecuaristas familiares de diferentes Regiões do Rio
Grande do Sul / Fabiano Vargas de Vargas Vargas.- 2019.
70 f.; 30 cm

Orientador: Fabiano Nunes Vaz
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

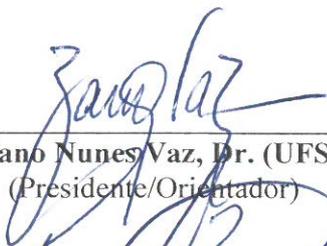
1. Pecuária Familiar 2. Comercialização 3.
Mesorregião 4. Microrregião 5. Frigorífico I. Nunes
Vaz, Fabiano II. Título.

Fabiano Vargas de Vargas

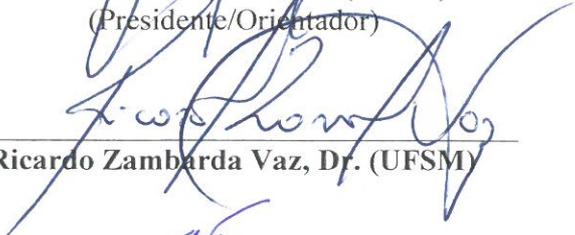
**ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE BOVINOS PARA ABATE POR
PECUARISTAS FAMILIARES DE DIFERENTES REGIÕES DO
RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural.**

Aprovado em 15 de março de 2019:



Fabiano Nunes Vaz, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Ricardo Zambarda Vaz, Dr. (UFSM)



José Acélio Silveira da Fontoura Júnior, Dr. (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À minha família, meu porto seguro.

AGRADECIMENTOS

Há momentos na vida que nos deparamos com grandes barreiras e essas nos fazem refletir sobre uma série de atitudes. Por vezes me questionei se estava fazendo a coisa certa, abdicando do convívio da família e daqueles que sempre estiveram comigo durante essa caminhada, não foram poucos os momentos que a vontade era de não prosseguir.

Ao mesmo tempo, diante de inúmeros compromissos profissionais e particulares, sempre houveram palavras de incentivo e força. Falo aqui da “minha vida” Daiana, minha amada esposa, tua presença sempre me tranquilizou e me deu força para continuar, sabes que tu és meu orgulho de profissional e ser humano, tivemos nessa dura trajetória momentos conflituosos, alguns conseguimos ultrapassar, outros absorvemos, mas o mais importante é que nunca perdemos o foco de que nosso amor está acima de pequenas, porém relevantes desavenças de um casal que também erra.

Obrigado!!!!Obrigado!! Por me dar força e tranquilidade necessárias para o êxito do meu objetivo. TE AMO, TE AMO, TE AMO!!!

Aos meus filhos, frutos do nosso amor, inspiração para a concretização dessa especialização, amo vocês mais que tudo.

Aos meus amigos e colegas o meu muito obrigado pela compreensão das minhas ausências e pelo incentivo incondicional.

À família de minha esposa, o meu sincero agradecimento pela ajuda e compreensão aos tantos momentos de ausência.

À minha amada família (irmãs, cunhados, tios e mães) que me deram exemplos e valores a serem seguidos, tanto intelectual quanto moral, pilares básicos de uma humanidade que busca a evolução, para minha amada Mãe e Kika que sempre zelaram por minha educação e me guiaram para o caminho do bem meu eterno agradecimento. Amo vocês.

Por fim, ao Grande Arquiteto do Universo que nos concede a vida e nos dá a luz em sua plenitude, para que possamos com serenidade, honestidade e humildade trilhar nossa história com muito amor.

RESUMO

ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA ABATE POR PECUARISTAS FAMILIARES DE DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: Fabiano Vargas de Vargas
ORIENTADOR: Fabiano Nunes Vaz

O objetivo deste trabalho foi analisar a representatividade da comercialização de gado para abate realizada por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender a importância da pecuária de pequeno porte e suas limitações frente ao mercado competitivo da carne no âmbito da indústria frigorífica. Foram analisadas as relações comerciais entre a indústria frigorífica localizada no Centro do Estado do Rio Grande do Sul e os pecuaristas familiares radicados em diferentes meso e microrregiões do mesmo Estado. Realizou-se a coleta na base de dados da empresa responsável pela compra dos animais para abate, buscando os dados referentes aos anos 2010 a 2013. A caracterização entre pecuária familiar ou patronal foi feita a partir da existência de empregados ou não, declaradas pelos produtores rurais que comercializaram seus lotes durante o período considerado. No momento da venda dos animais pecuarista que não possui empregados rurais possui desconto de contribuição para o FUNRURAL, com base nos critérios estabelecidos pela Lei Estadual Nº 13.515, de 13 de setembro de 2010. A análise foi realizada considerando 2.095 contratos de vendas, realizadas por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado. A metodologia utilizada foi análise estatística descritiva, por meio do *software Microsoft Office Excel*, calculou-se os números de respostas, frequência, médias, valores mínimos e máximos. A análise possibilitou inferir uma variação das vendas durante os meses e anos pesquisados, assim como a participação das mulheres nas vendas. Na quantidade de negócios concretizados os resultados mostram ser o maior volume de animais sendo vendidos na primeira comercialização, também notou que é possível distribuir a época de vendas para buscar melhores preços. A distribuição dos pecuaristas familiares em meso e microrregiões no estado foi outro importante dado identificado pelo estudo, possibilitando melhor planejamento das ações dos agentes públicos. Diante do exposto, ressalta-se a importância de estudos que possibilitem o entendimento e o reconhecimento do pecuarista familiar no âmbito da comercialização de produtos cárneos na indústria frigorífica, organizando ações frente ao complexo mercado da carne bovina.

Palavras-chave: Bovinos de corte. Indústria frigorífica. Mesorregiões. Microrregiões. Pecuária.

ABSTRACT

ANALYSIS OF THE MARKETING OF ANIMALS FOR SLAUGHTER BY FAMILY FARMERS FROM DIFFERENT REGIONS THE STATE RIO GRANDE DO SUL

AUTHOR: Fabiano Vargas de Vargas

ADVISOR: Fabiano Nunes Vaz

The objective of this study was to analyze the representativeness of the commercialization of cattle for slaughter carried out by family farmers from different regions of the state of Rio Grande do Sul, seeking to understand the importance of livestock farming of small businesses and their limitations facing the competitive market of meat under the slaughtering industry. We analyzed the trade relations between the slaughterhouse industry located in the center of the State of Rio Grande do Sul and the family farmers rooted in different meso and micro regions of same State. Collection was performed in the database of the company responsible for the purchase of animals for slaughter, seeking data for the years 2010 to 2013. The characterization between family farmer member or employer was made from the existence of employees or not, declared by rural producers who marketed their lots during the period considered. At the time of sale of animals the rancher who has no rural workers has discount of contribution to the FUNRURAL, based on criteria established by the State Law N°. 13.515 of 13 September 2010. The analysis was performed considering 2.095 sales contracts, carried out by cattle farmer family of different regions of the state. The methodology used was descriptive statistical analysis, through the *Software Microsoft Office Excel*, we calculated the numbers of responses, frequency, mean, minimum and maximum values. The analysis made it possible to infer a variation of sales during the months and years surveyed, as well as the participation of women in sales. As regards the amount of business achieved, the analysis showed that there is a greater volume of animals being sold in the first marketing, also noted that it is possible to distribute the epoch of sales in order to fetch better prices. The distribution of family farmers in meso and micro regions in the state was another important data identified by the study, enabling better planning of actions of public officials. Given the above, it is emphasized the importance of studies that facilitate the understanding and recognition of the familiar farmer in the context of the marketing of meat products in the slaughtering industry, organizing actions outside the complex market beef.

Keywords: Cutting beef cattle. Bovine marketing. . Mesoregions. Microregions. Livestock.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Figura 1 –Mapa das Mesorregiões geográficas segundo a Fundação de Economia e Estatística	18
Figura 2 –Mapa das Microrregiões geográficas segundo a Fundação de Economia e Estatística	18
Figura 3 –Regiões do estado Rio Grande do Sul com predomínio de pecuaristas de base familiar no ano de 2004.....	24

ARTIGO

Figura 1–Distribuição das vendas e representividade dessas por mês pos pecuaristas familiares amostrados na pesquisa.....	54
Figura 2 – Distribuição regional dos pecuaristas familiares amostrados na pesquisa.	55

LISTA DE TABELAS

ARTIGO

Tabela 1 -Número de vendas e representividade dessas por mês, durante os anos de 2010 à 2013, dos pecuaristas familiares e não familiares.....	47
Tabela 2 - Número de vendas realizadas ao ano por pecuaristas familiares.....	48
Tabela 3 -Número de vendas realizadas ao ano por pecuaristas familiares separados por mesorregião.	49
Tabela 4 – Número de vendas realizadas por mês durante os anos de 2010 à 2013 por pecuaristas familiares da mesorregião sudoeste (campanha).....	50
Tabela 5 – Número e porcentagem de estabelecimentos (por código do fornecedor e loja) em cada mesorregião de acordo com a condição de pecuarista familiar e não familiar.....	51
Tabela 6 – Número e porcentagem de estabelecimentos (por código do fornecedor e loja) em cada microrregião de acordo com a condição de pecuarista familiar e não familiar.....	52
Tabela 7 – Número e porcentagem de estabelecimentos (por código do fornecedor e loja) nos dez municípios mais representativos, de acordo com a condição de pecuarista familiar e não familiar	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	HIPÓTESES	14
3	OBJETIVOS	15
3.1	OBJETIVO GERAL	15
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
4	REVISÃO DA LITERATURA	16
4.1	REGIÕES GEOGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL	16
4.2	PECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL	19
4.3	PECUÁRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL	20
4.4	CADEIA DA CARNE BOVINA E AS RELAÇÕES DE MERCADO	25
5	ARTIGO - ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA ABATE POR PECUARISTAS FAMILIARES DE DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	28
6	CONCLUSÃO	57
	REFERÊNCIAS	59
	ANEXO A - NORMAS PARA PUBLICAÇÃO REVISTA CIÊNCIA RURAL ..	65

1 INTRODUÇÃO

Sabidamente o Rio Grande do Sul está historicamente ligado à pecuária bovina. Além disso, o desbravamento do território rio-grandense se deu a partir de disputas territoriais por espaços e pastos, e o desenvolvimento social do estado, além de econômico e cultural está intimamente ligado a introdução do gado bovino realizada pelos jesuítas no século XVII. Apenas no final do século XVIII, com a exploração do ouro em Minas Gerais e a conseqüente necessidade de fornecimento de charque para os escravos, de cavalos e muas para o transporte, é que a coroa portuguesa iniciou a ocupação do Rio Grande do Sul (OSÓRIO, 2016), seguida posteriormente pelas imigrações alemã e italiana (KRONE; MENASCHE, 2016).

A exploração do território pelos portugueses ocorreu através da distribuição das sesmarias aos considerados heróis militares que tinham como principal atribuição a ocupação da área e a defesa contra os espanhóis. Assim sendo, instituiu-se as grandes estâncias que passaram a se constituir em um importante componente da sociedade rio-grandense, contribuindo para uma exploração agropecuária histórica, oportunizando o estabelecimento das fronteiras do estado e assim servindo como auxílio aos colonizadores (TARGA, 1991). Dessa forma, sem a concorrência com outras atividades, a pecuária de corte bovina se estabeleceu em todas as mesorregiões do Rio Grande do Sul (VARGAS, 2016).

Nas regiões mais afastadas da costa, principalmente nas regiões de fronteira, grandes extensões de terras usavam mão de obra escrava, substituída posteriormente por trabalhadores remunerados. Algumas dessas áreas ao longo da história foram fracionadas por diversos motivos, gerando algumas áreas de menor tamanho, nas quais se estabeleceram famílias que residem e desenvolvem as atividades agropecuárias. Fialho (2005) cita que a divisão do território rio-grandense em duas partes é resultado da colonização portuguesa na Metade Sul, baseada na pecuária extensiva, e na Metade Norte, caracterizada pela colonização alemã e italiana, com diversidade da produção agrícola familiar.

Empiricamente, sabe-se que a pecuária bovina de corte continua espalhada em todo o estado, porém é no Sul do estado que muitos autores identificam a categoria social chamada de “pecuaristas familiares” e de forma geral baseiam seus sistemas de criação com a base na criação de gado de corte de forma extensiva. Conforme Ribeiro (2009), esses produtores trabalham de forma estratégica diante desse modelo produtivo, no qual não há época para venda do gado, como ocorre com outros produtos agropecuários que possuem certa perecibilidade.

Isso mostra certa autonomia do chamado “pecuarista familiar” em relação ao mercado, que pode realizar tanto a venda de animais magros como de animais gordos, conforme a necessidade e conveniência do momento.

A possibilidade de escolher o momento da comercialização pode representar uma melhor remuneração pelo produto, pois nessa cultura a variação de preços é constante e relativamente cíclica conforme os meses do ano (VAZ et al., 2014). Maior autonomia terão aqueles produtores que possuem maior diversidade de produtos para a sua subsistência e outras fontes de renda da terra.

Segundo Matte (2017) é importante compreender os aspectos que possam exercer alguma influência na determinação do período de comercialização de bovinos para o pecuarista familiar. A pesquisada autora, realizada no Sul do Rio Grande do Sul, demonstrou que para a totalidade de pecuaristas familiares entrevistados, há um período considerado propício à venda de animais. Destes, 92,3% acreditam que esse período está concentrado entre os meses de fevereiro a maio, em que abril e maio reúnem maior parte dessas transações.

Frente as dificuldades encontradas pela pecuária de corte no Rio Grande do Sul nos últimos anos, muitos pecuaristas, familiares ou não, cederam suas terras que foram absorvidas pelas monoculturas, destacando-se a sojicultura que avançou pelo estado nas últimas quatro décadas. Schneider e Fialho (2000) citam que essa cultura se expandiu e se localizou na zona colonial do noroeste gaúcho incluindo as regiões Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio e a difusão acelerada dessa monocultura trouxe altos incrementos de área cultivada.

A agropecuária gaúcha de menor porte também foi atingida pelas florestas exóticas, que tiveram seu apogeu no início dos anos 2000. Estas últimas ocuparam os campos mais acidentados próximos da Serra do Sudeste e Região da Campanha, o que Binkowski (2009) classifica como “o cerne de um conflito ambiental no estado”. Andreatta, Waquil e Miguel (2016) comentam que o comportamento do pecuarista familiar em repassar suas terras para terceiros é resultado da desvalorização da pecuária em contraponto com a valorização da agricultura, que ocorre no estado nas últimas décadas.

Nicola e Marques (2016) trabalharam no mesmo sentido e salientaram a necessidade de aprofundamento das pesquisas e estímulo às políticas relativas a transição da agricultura em direção à conservação e uso sustentável das ameaçadas áreas campestres do Rio Grande do Sul. Os mesmos autores citam que além das lavouras de grãos e a silvicultura, o manejo inadequado dos campos também são fatores preocupantes para a agropecuária de pequeno porte. Nessa

mesma linha, Matte (2013) cita a dificuldade em encontrar área temporária para a pecuária, em decorrência do avanço de atividades como cultivo da soja e da silvicultura sobre as áreas de campo nativo.

No entanto, frente a esse cenário, a literatura é carente em informações científicas e técnicas que identifiquem o comportamento comercial do pecuarista familiar, tendo em vista a importância da pecuária de corte como atividade resistente à expansão das monoculturas da soja e das florestas, que crescem exponencialmente em toda extensão do Rio Grande do Sul.

2 HIPÓTESES

H0: não existe variação consideravelmente alta no percentual de contratos de vendas por pecuaristas familiares quando ($>15\%$) nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

H1: existe variação consideravelmente alta no percentual de contratos de vendas por pecuaristas familiares quando ($<15\%$) nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo da pesquisa é analisar a comercialização de animais para abate por pecuaristas familiares nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul, quantificando a representatividade dos mesmos nos negócios entre produtor e uma agroindústria representativa do estado.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Localizar as unidades de produção da pecuária familiar inseridas nas diferentes mesorregiões;
- Identificar as micro e mesorregiões com maior ligação à pecuária de corte familiar;
- Mensurar a relevância da pecuária familiar na produção de carne bovina para abate na indústria pesquisada;
- Mensurar o volume de animais abatidos provenientes da pecuária familiar e a sua distribuição ao longo dos meses do ano;
- Caracterizar o gênero do pecuarista familiar que fecha contratos comerciais com a agroindústria da carne bovina;
- Auxiliar políticas de desenvolvimento social, econômica e territorial;

4 REVISÃO DA LITERATURA

4.1 REGIÕES GEOGRÁFICAS DO RIO GRANDE DO SUL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, principal provedor de dados estatísticos do Brasil, conduziu a Divisão de Estudos Territoriais (DITER) em 1987, com a tarefa de realizar a divisão regional em mesorregiões e microrregiões geográficas. Essa divisão regional do Brasil em mesorregiões, de maneira mais ampla busca identificar áreas individualizadas em cada uma das unidades federadas definindo as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante, a rede de comunicação e a de lugares como elemento da articulação espacial. As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço (IBGE, 2016).

Nesse trabalho, considerou-se as divisões regionais de 1987, ou seja mesorregiões e microrregiões, tendo em vista uma melhor compreensão dos dados analisados, pois foram coletados anteriormente as novas diretrizes do IBGE para a regionalização brasileira. Sabe-se que essa nova divisão feita em 2017 implementou uma nova metodologia (IBGE, 2017).

Segundo o IBGE (2017) para fins de divisão regional no Brasil existem as regiões geográficas imediatas e intermediárias. As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações. As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as unidades da federação e as regiões geográficas imediatas. Preferencialmente, quando foi feita a divisão, buscou-se a delimitação das regiões geográficas intermediárias com a inclusão de metrópoles ou capitais regionais (IBGE, 2017).

Porém retornando as divisões de 1987, as especificidades não significam uniformidade de atributos nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas devido a sua articulação a espaços maiores que à mesorregião. Essas se referem à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca, nas quais as estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares.

Segundo Alonso et al. (1994), a economia do Rio Grande do Sul pode ser dividida em

três grandes regiões, com base em sua homogeneidade histórica. A região Sul caracteriza-se predominantemente por grandes extensões de terra, estrutura fundiária herdada do período colonial e, como consequência, pela concentração da renda, por centros urbanos esparsos e pela reduzida densidade da população rural. Possui uma área relativamente plana, a zona de campos, onde predominam a pecuária e, a partir dos anos 1970, as lavouras modernizadas e mecanizadas de arroz, soja e trigo.

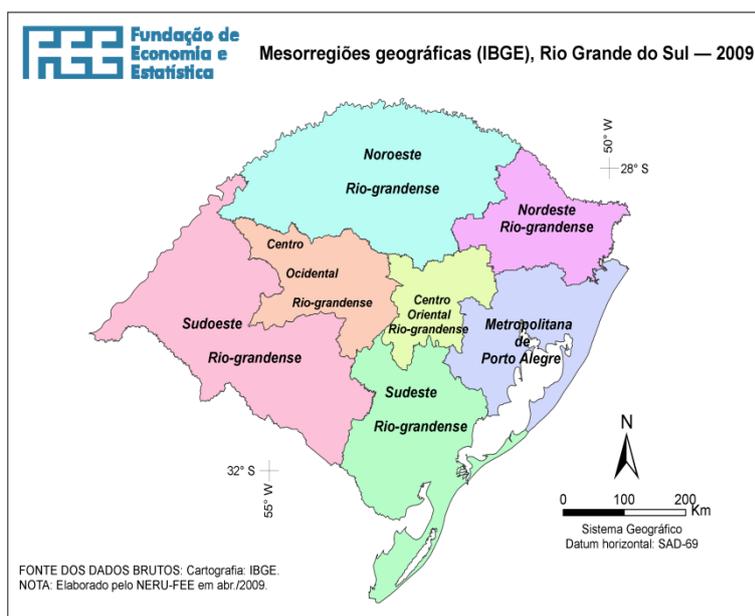
A região Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, é a região mais industrializada e urbanizada do Estado. Em sua agricultura predominam as pequenas propriedades. A região Norte, que compreende, a grosso modo, a zona de vales e planaltos, com cobertura vegetal de matas, é fundamentalmente agrária. A economia da região foi influenciada pela imigração de europeus não ibéricos e de seus descendentes que praticavam a agricultura com base na pequena e na média propriedade (ALONSO et al., 1994).

A divisão do Rio Grande do Sul em sete mesorregiões (Figura 1) e 35 microrregiões (Figura 2), conforme orienta o IBGE (2016), não representam as produções agropecuárias, pois são divisões sócio demográficas. Vargas (2016) em seu trabalho cita que em regiões produtoras tradicionais de grãos, como por exemplo as microrregiões de Cruz Alta, Palmeira das Missões e Tupanciretã, onde existem altos números de unidades produtoras que fazem uso da integração lavoura-pecuária, os produtores conseguem realizar a engorda de bovinos de corte na entressafra o que permite o pastejo de bovinos de maio/junho até setembro/novembro, aproveitando as forragens de estação fria que crescem nas restevas do soja e do milho, representando mais uma fonte de arrecadação para os agricultores e para os municípios.

Contudo, a atividade agropecuária apresenta diversos fatores intrínsecos com relação aos riscos inerentes ao seu perfil. Entre as principais dificuldades a previsibilidade de preço e de escala de produção representam fatores que alteram a oferta de gado para abate, resultando também em uma demanda que foge do controle dos produtores.

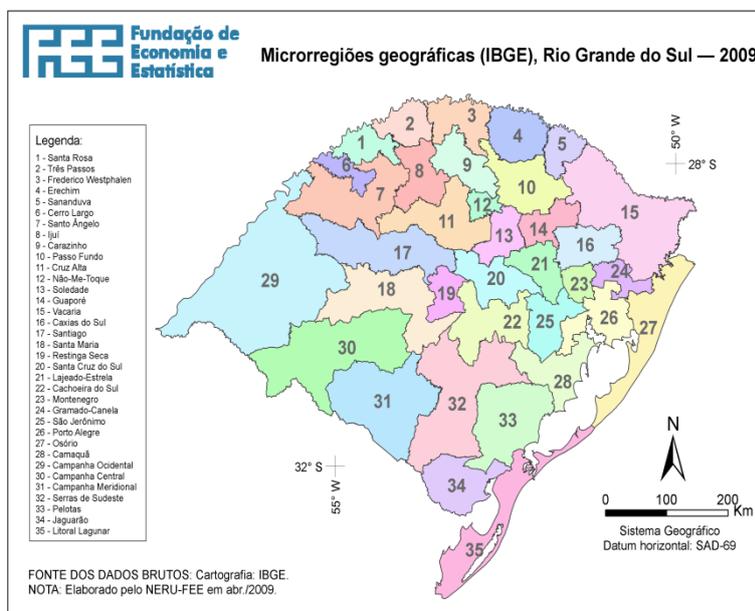
É nesse contexto agropecuário que o pecuarista familiar está inserido e também está sujeito a regulação pelas leis de oferta e procura. Assim sendo, os preços do boi gordo oscilam, aumentando em períodos da redução de oferta de boi gordo, em razão da escassez de boas pastagens e vice-versa, todos esses fatores ligados às características estacionais de produção de forragens naturais ou exóticas, as quais variam entre as regiões do estado (VAZ et al., 2014).

Figura 1 – Mapa das Mesorregiões geográficas segundo a Fundação de Economia e Estatística



Fonte dos dados brutos: cartografia:IBGE.Nota: Elaborado pelo NERU-FEE em abr./2009

Figura 2 – Mapa das Microrregiões geográficas segundo a Fundação de Economia e Estatística



Fonte dos dados brutos: cartografia:IBGE. Nota: Elaborado pelo NERU-FEE em abr./2009

4.2 PECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul, tradicionalmente, apresenta-se como um estado que se destaca pela sua produção agrícola e pecuária, resultado das suas características de colonização heterogêneas, que se distribuíram em todo o território gaúcho (FROEHLICH; ALVES, 2007). Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2017), o setor agropecuário responsável pela produção apresentou, nos últimos anos, em média, uma participação de 15,9% no PIB do estado gaúcho.

A pecuária de corte do Rio Grande do Sul tinha sua base alimentar no campo nativo (CAGGIANO FILHO et al., 1973). Segundo (SOARES et al., 2005) o campo nativo é erroneamente rotulado como pouco produtivo perdendo assim, espaço para lavouras anuais, permanentes e pastagens cultivadas. Motivo pelos quais as pastagens nativas são consideradas pouco produtivas pelos pecuaristas e técnicos, porém isso se dá fundamentalmente pelo mau manejo da oferta de forragem.

Os campos nativos podem expressar sua máxima potencialidade de crescimento e qualidade, proporcionando ganhos de até 1 kg por dia da primavera até o verão. No entanto, a qualidade e os ganhos diminuem a partir de fevereiro, pois nos meses de outono e inverno as baixas temperaturas fazem com que ocorra a redução do crescimento ou até mesmo a sua paralisação (MULLER; PRIMO, 1986; RESTLE et al., 2007; NABINGER et al., 2009).

Outra ocorrência observada nas pastagens do Rio Grande do Sul são as fortes geadas, ocasionando a queima da parte aérea das pastagens (OLIVEIRA et al., 2001). Neske (2016) cita que na região do Alto Camaquã o modo de trabalhar do pequeno pecuarista é mais relacionado com os intercâmbios com a natureza do que propriamente dependentes de recursos externos relacionados a insumos e serviços, o que é ratificado por Azevedo e Fialho (2016), que citam pouca dependência de recursos externos não renováveis, como vacinas, medicamentos veterinários e suplementos minerais.

Assim, a oferta de gado gordo está intimamente relacionada com a sazonalidade das pastagens, e devido à estacionalidade da produção que ocorre, é necessário adequar a carga animal conforme a estação do ano (MOOJEN, 1991). Dessa forma, a maior produção do campo nativo ocorre na estação quente, é na primavera que os animais conseguem ganhar mais peso e moldar a curva de ganho ao longo da estação do ano, pois a mesma é dependente da curva de crescimento das pastagens e da oferta de forragem (MARASCHIN;CORREA, 1994).

No entanto, animais mantidos em campo nativo mal manejado no inverno podem acumular perdas de peso vivo equivalente a 25% do ganho realizado durante as estações de crescimento das pastagens (MULLER; PRIMO, 1986). A deficiência de um planejamento racional de uso da terra, seja pela necessidade de instrução, seja pela privação dos agricultores, tem promovido discussões e impactos negativos, chegando a limites críticos em certas regiões, promovendo uma degradação ambiental e redução da qualidade de vida, não só para a comunidade rural, mas também para toda população (DENT; YOUNG, 1993).

4.3 PECUÁRIA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

Para os autores Ribeiro(2009), Borba et al. (2016) e Waquil et al. (2016) entender a pecuária familiar implica discutir sua história, enquadrando a mesma como categoria social, sendo que esses agricultores foram historicamente entendidos como “sujeitos residuais”. Historiando a pecuária familiar no estado, Osório (2016) cita que durante a colonização do estado, todos os tipos de produtores rurais eram também criadores de bovinos, mostrando assim a importância dessa cultura nas raízes de desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Nessa lógica de valorização da identidade, Froehlich et al. (2010) citam que as indicações geográficas se apresentam como um signo ou marca territorial, também como meios de reconhecimento, de proteção e valorização da identidade de um território e das características locais que nele se encontram.

É no cenário de produção estacional de forragem, discutido no item anterior, que está inserida a pecuária familiar. Nicola e Marques (2016) mostram que os atores locais de algumas regiões como a dos campos sulinos gaúchos têm levado adiante ações de desenvolvimento e promoção da pecuária familiar. Essas são vistas como repletas de singularidades criativas que trazem significativos resultados em manejo e melhoramento do campo nativo; manejo e melhoramento dos rebanhos; organização social dos pecuaristas; apoio à comercialização; e estabelecimento e manutenção de redes com abrangência local e regional (NICOLA; MARQUES, 2016).

Porto e Bezerra (2016) caracterizaram a pecuária familiar em Bagé, região da campanha gaúcha, atestando que os pecuaristas familiares usam o pastoreio contínuo em pastagem natural, além de outras características importantes, como a preferência

pelo gado de cria. Mais tarde, os mesmos autores caracterizaram que mais da metade dos pecuaristas familiares do município tem menos de 100 ha, 80% usam apenas pastoreio contínuo e a produção de bezerros está presente em 85% das unidades de produção (PORTO; BEZERRA, 2016).

Pillar et al. (2009) citam que a pecuária familiar pode ser uma forte aliada na preservação do Bioma Pampa, com o manejo adequado do campo nativo favorecendo a sua sustentabilidade. Com isso, cria-se condições sócio institucionais para a constituição de espaços protegidos para consolidação da pecuária familiar e conservação dos campos sulinos prezando por uma dinâmica de desenvolvimento que atenda os requerimentos contemporâneos da sustentabilidade (NICOLA; MARQUES, 2016). Nessa mesma linha Cruz e Santos (2016) consideram as dinâmicas locais de conhecimento fundamental, tanto para contextos em que se discute a reconexão, quanto aqueles que valorizam a origem dos alimentos.

Nesse contexto social, o pequeno produtor rural foi fortalecido na década de 90 do século XX, onde a expressão “agricultura familiar” emergiu para sociedade brasileira (SCHNEIDER, 2006). Nessa ocasião surgem de maneira expressiva os movimentos sociais do campo, através dos sindicatos CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Neves (2005, p.23), considera que o surgimento do nome agricultura familiar resulta da convergência de esforços de alguns intelectuais, políticos e sindicalistas no sentido de “[...] dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais precarizados diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria”.

Na mesma época acontece a legitimação que o estado lhe emprestou ao criar, em 1996 o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Nessa mesma linha em 2010 o Pecuarista Familiar do Rio Grande do Sul foi reconhecido como categoria social pelo Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar, através da Lei Estadual Nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, que tornou o apoio a esses produtores uma política de Estado. Essa lei foi regulamentada através do Decreto nº 48.316, de 31 de agosto de 2011 (EMATER, 2016).

Segundo Ribeiro (2009) os pecuaristas familiares são um tipo de agricultor familiar que conduzem suas produções e gestões estratégicas a partir do modo de vida definido como ideal para si e seus familiares. O mesmo autor caracterizou ainda o modo de vida desse pecuarista familiar em cinco pontos: a primeira é norteada pela bovinocultura de corte onde é a principal

atividade agrícola, desenvolvida em pastagens nativas com limitado uso de insumos, e onde o bovino é visto como uma reserva de capital, acarretando assim altas lotações de animais e diversificação da atividade em cria e recria. A segunda, conforme o autor, é o menor risco econômico diante da autonomia em relação ao mercado, atuando estrategicamente na comercialização a partir da necessidade da família; a terceira, utilização de mão de obra da família juntamente com a troca de serviços com os vizinhos; a quarta é o alto grau de relevância que tem a aposentadoria rural para os pecuaristas familiares; e a quinta é o autoconsumo de carne tratado de maneira expressiva (RIBEIRO, 2009).

Nicola e Marques (2016) ao estudarem as dinâmicas sociotécnicas na pecuária familiar gaúcha, citam que as mudanças de cenário no rural gaúcho resultado das lavouras de grãos e plantio de florestas exóticas já suprimiram mais da metade da área original dos recursos nativos, cuja multifuncionalidade vai muito além da tradicional e conhecida produção de proteína animal.

Ao ser abordado o assunto pecuária familiar em específico, alguns trabalhos foram realizados no Rio Grande do Sul objetivando caracterizar esse tipo de produtor familiar nos seus mais variados aspectos, levando em consideração a questão da estrutura fundiária. Waquil et al. (2016) apontam que o tamanho médio dos estabelecimentos desta faixa de pecuaristas familiares é de 605,21 ha, sendo que a metade deles explora uma área de até 250 ha. Cotrim (2003) se dedicou à caracterização do pecuarista familiar no que diz respeito à sua origem e situação socioagroeconômica no município de Canguçu/RS localizado na região da Serra do Sudeste do estado. Este estudo identificou três tipos de pecuaristas: os empresariais, os patrimoniais e os com base familiar.

Para o referido autor as classes empresariais são aquelas que utilizam uma produção intensiva com pacotes tecnológicos e onde as decisões não são tomadas apenas pelos agricultores e familiares, o produtor empresarial guia sua propriedade visando exclusivamente o lucro, por isso é normal terem grandes extensões de terra. Nesse ponto a classe patronal é similar ao empresarial, porém não utiliza a mesma tecnologia de produção e por consequência não consegue atingir os índices produtivos da empresarial (COTRIM, 2003).

Distante dessas abordagens está o sistema de produção com base familiar visando maioridade produtiva em relação a indústria, só então guiará sua propriedade com objetivo de satisfazer as necessidades da família. As técnicas utilizadas são as tradicionais, ou seja, insumos e implementos produzidos na própria propriedade ou na mesma localidade, indicando certa

autonomia dos produtores que utilizam essas técnicas em relação aos mercados agrícolas de outras classes (COTRIM, 2003).

Outro trabalho realizado nessa temática foi o de Torres (2001) no município de Santana do Livramento, o qual procurou realizar a caracterização e a análise socioeconômica da pecuária familiar. Nesse trabalho os autores identificaram quatro tipos de produtores. Os pecuaristas chamados de tipo 1 são aqueles que, em geral, possuem áreas maiores que 100 e menores que 500 hectares e que, praticamente, inexistem rendas não-agrícolas, tendo na pecuária de corte sua principal fonte de renda, procurando sempre se especializar na atividade agropecuária por meio da tecnificação. Seu principal local de comercialização é junto aos frigoríficos.

Ainda segundo os autores, o produtor tipo 2 possui áreas menores que 100 hectares e a maior parcela da renda advém da atividade agropecuária, inexistindo rendas não-agrícolas. Esses pecuaristas encontram-se estagnados e possuem baixo nível tecnológico. Comercializam os terneiros e vacas para posterior processo de engorda. Aqueles denominados tipo 3 possuem áreas inferiores a 100 hectares e a maior parte da renda é proveniente da aposentadoria de membros da família. Como a maioria é especializada na terminação de animais, alguns desses foram fortalecidos pelos movimentos sociais, em que o estado, a partir de seus programas de incentivo ao crédito agrícola e apoio institucional, identificou as categorias de pequenos produtores rurais (TORRES, 2001).

Para complementar, os mesmos autores citam que o pecuarista tipo 4 tem área menor de 100 ha, seu principal sistema de produção é a pecuária de corte e a ovinocultura e existe a venda de mão de obra como renda de outras atividades, para sua reprodução socioeconômica. Possuem as mesmas características da tipologia anterior (3). Como a renda de outras atividades é importante para complementar a renda total do estabelecimento, esses priorizam atividades agropecuárias extensivas com pouco uso de mão de obra familiar, visando à liberação desta a atividades de prestação de serviços (TORRES, 2001).

Sendo assim, a bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul também é formada por produtores de pequeno porte denominados como “pecuaristas familiares”. Nessa forma de produção de pequeno porte, os pecuaristas familiares têm nas suas características um modo de vida específico, onde suas estratégias de reprodução social estão interligadas culturalmente com características ligadas a criação de bovinos de corte e ovinos como principal atividade produtiva, interligada a natureza, com dependência da mão de obra familiar, produção para o autoconsumo e com relações mercadológicas (RIBEIRO, 2009; BORBA, 2016; WAQUIL et al., 2016).

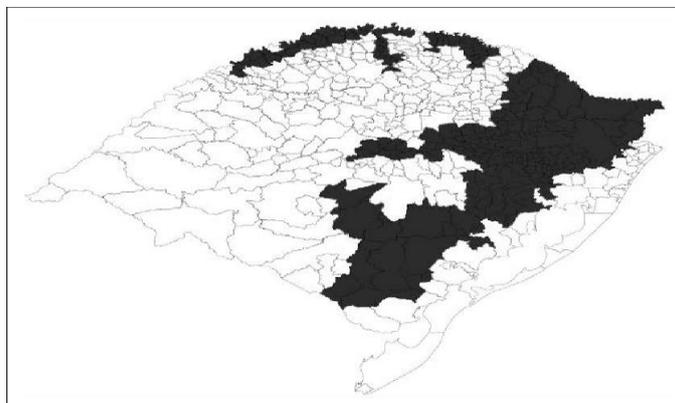
Nesse contexto, Ribeiro (2013) na ocasião técnico da Emater-RS, palestrante no

seminário “De Onde Virão os Terneiros?”, na 44ª Etapa do Fórum Permanente do Agronegócio, da Casa Rural – Centro do Agronegócio, apresentou o perfil da pecuária familiar no Estado, onde esse seria responsável por 40% dos terneiros produzidos no Estado. Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2016), a pecuária familiar detém algo em torno de 3 milhões de bovinos de corte, o que representa 21,5% do rebanho de bovinos do Estado.

Segundo Ribeiro (2013) as propriedades que trabalham primordialmente com gado de corte, mão de obra essencialmente familiar, com até 300 hectares, somam aproximadamente 60 mil no Rio Grande do Sul. “Da forma como se trabalha hoje nestas propriedades, com alta lotação, o campo nativo não demonstra todo o seu potencial. Como o pecuarista familiar hoje não aceitaria diminuir lotação, porque trabalha com lógica de estoque, temos de trabalhar para ele inicialmente dar tempo para o campo responder melhor, por meio de rotação (no pastoreio)” (RIBEIRO, 2013).

De modo geral para Matte, Spanevello e Andreatta (2016) os pecuaristas familiares possuem características próprias, aspectos socioeconômicos e comportamentais que influenciam na forma como organizam seus sistemas de produção e gerenciamento de suas propriedades. Andreatta (2009), com base no conjunto de observações de sua pesquisa, verificou que os pecuaristas familiares estão distribuídos em maior número nas Regiões de Campos de Cima da Serra, Depressão Central Leste, Encosta do Noroeste, Serra do Sudeste e Vale do Alto Uruguai (Figura 3).

Figura 3 – Regiões em preto do estado com predomínio de pecuaristas de base familiar no ano de 2004



Fonte: Andreatta (2009), com base em Sebrae, Senar e Farsul (2005)

4.4 CADEIA DA CARNE BOVINA E AS RELAÇÕES DE MERCADO

O complexo agroindustrial da bovinocultura de corte brasileira tem grande importância econômica para o país, em vista de o Brasil ter se tornado nas últimas décadas o maior exportador de carne bovina do mundo. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), a pecuária de corte movimentou R\$ 523,25 bilhões em 2017, representando um crescimento de 3,6% em relação a 2016, mesmo com um cenário político econômico instável e apresentando dificuldade de recuperação, a pecuária foi responsável pela criação de 353.725 vagas de trabalho com carteira assinada, de acordo com os dados do Cadastro Geral do Empregados e Desempregados (CAGED).

Embora as exportações brasileiras de carne sejam bastante representativas no mercado internacional, estima-se que 85% da produção brasileira seja consumida internamente. O crescimento na produção de carne bovina está baseado no aumento da produtividade e na melhora tecnológica (NEVES, 2000). A manutenção do crescimento demográfico aliado ao aumento de renda e a urbanização fazem com que a demanda por carnes se mantenha em ritmo crescente. A previsão é de que até 2021, 61% da produção mundial de carne seja proveniente de países em desenvolvimento, ultrapassando a taxa de crescimento de produção dos países desenvolvidos (MALAFAIA; AZEVEDO; BARCELLOS, 2011).

De acordo com Pascoal et al. (2011), no Brasil houve a intensificação na busca por diversificação e a criação de cadeias mais tecnificadas. Através da sua variedade de sistemas produtivos, o complexo agroindustrial da carne bovina vem alcançando a diversificação de produtos pecuários, tornando o Brasil um país com capacidade de atender diversos mercados, desde carnes mais nobres até cortes de menor valor, independentemente dos teores de gordura e sob qualquer demanda de volume (ABIEC, 2012).

O crescimento na lucratividade da pecuária de corte se dará para aqueles que migrarem do mercado de “commodities” para o de carne bovina diferenciada (ANUALPEC, 2015). Entre as estratégias utilizadas para este fim, estão a redução da idade de abate, a certificação do sistema de produção e o uso de marcas que realmente diferenciem os produtos (ABICHT, 2008).

Maysonave (2016) estudou a cadeia de produção da carne APROCCIMA, que possui pedido de proteção por identificação de procedência, concluindo que a diferenciação dos produtos cárneos é uma forma de agregar valor aos produtos e, dessa forma, manter as relações

comerciais importantes para o desenvolvimento de determinados territórios.

Nesse contexto, Porto (2008) verificou na sua pesquisa que, em nenhum dos casos, houve a integração na cadeia produtiva da carne por parte da pecuária familiar em termos do processo de verticalização da produção com empresas do setor (frigoríficos e abatedouros). A não observância da aderência, segundo o autor pode ser explicada por dois motivos principais: *a*) pela pequena escala de produção da pecuária familiar, a qual não atenderia a cadeia produtiva em termos de abastecimento de carne; e *b*) em função da lógica familiar de produção considerar o bovino tanto bem de capital quanto bem de consumo, haveria uma relação de assimetria comercial entre a pecuária familiar e o mercado - haja vista que o pecuarista só se move até este mercado quando lhe é favorável e conveniente, segundo suas aspirações e necessidades, pois, pela lógica de produção da pecuária familiar, esta não atende única e exclusivamente o lucro (PORTO et al., 2010).

No entanto, Matte (2017) cita os diferentes canais de comercialização e as convenções nos mercados da bovinocultura de corte na pecuária familiar. Os resultados obtidos em sua pesquisa demonstram que o pecuarista familiar acessa mais de um canal de comercialização para uma mesma categoria animal. Ainda segundo a autora 43,6% dos pecuaristas familiares realizam suas vendas de terneiro/novilhos intermediada por meio de corretor, esse tem sido o principal agente de comercialização entre alguns pecuaristas familiares que não dispõem de potenciais compradores próximos à propriedade ou estão distantes de centros de remates.

Matte (2017) ainda indica que a opção do corretor como canal de comercialização para o pecuarista familiar tem se destacado nos últimos anos como o mecanismo que tende a proporcionar grau de confiabilidade superior ao dos demais canais. A autora enfatiza que a figura do corretor é vinculada a um escritório rural, o que transparece maior credibilidade as transações, ou seja o pequeno produtor rural pressupõe que essa organização será responsável pela garantia da efetivação do pagamento. Isso indica que o pecuarista familiar tende a desenvolver suas ações nos mercados orientado pela máxima redução de incertezas e dependências (MATTE, 2017).

De acordo com Wilkinson (2016) a estabilidade das ações e acordos que envolvem a formação de mercados é posta à prova quando novas convenções são concretizadas a partir de entendimentos por vezes distintos. Ainda, sob o entendimento da teoria das convenções, onde as diferenças de formas e processos de legitimidade do valor de bens e de serviços gerados pela sociedade, influencia-se excessivamente na relação com o preço (WILKINSON, 2016).

Contudo, corrobora a presença de atores não econômicos na constituição de aspectos de qualidade, como mídias, profissionais formadores de opinião, interesses públicos e de consumidores, ao passo que os produtos perpassam por avaliações de juízos sociais e ambientais (WILKINSON, 2016). O valor é identificado como uma “propriedade construída socialmente e não como resultado de encontros agregados entre oferta e demanda, baseados em preferências individuais” (WILKINSON, 2016, p. 58).

As dissertações de Sandrini (2005) e Neske (2009) inferem reflexões relacionadas aos mercados. A análise feita por Sandrini (2005) “fora da porteira”, mostra a cadeia da carne e a inserção dos pecuaristas familiares nos mercados, onde o ponto central de seu estudo são os graus de mercantilização, identificando como principais canais de comercialização a venda para outros pecuaristas, frigoríficos, açougues e feiras. Já a análise de Neske (2009) consiste em “dentro da porteira”, pois foca na mercantilização da pecuária familiar, demonstrando o baixo grau de externalização desses produtores e a escolha por intercâmbios e relações distantes de mercados convencionais.

Para complementar Matte (2017) destaca a utilização de ferramentas de comunicação atuais como *WhatsApp*, estreitando as relações comerciais com o compartilhamento de imagens e vídeos dos animais à venda. Conceição (2016) relata que pequenos produtores rurais tem aumentado as oportunidades de acesso a novos mercados e a canais de comercialização. A autora ainda destaca que as ferramentas digitais estão contribuindo de maneira ativa na construção de capacidades econômicas, sociais e cognitivas, facilitando processos de desenvolvimento rural.

5 ARTIGO - ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO DE ANIMAIS PARA ABATE POR PECUARISTAS FAMILIARES DE DIFERENTES REGIÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O desenvolvimento deste trabalho está apresentado a seguir em formato de artigo a ser submetido à revista Ciência Rural, cujas normas de submissão estão apresentadas no Anexo A.

Análise da comercialização de animais para abate por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul

Analysis marketing of animals for slaughter by family farmers from different regions of the Rio Grande do Sul state

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a representatividade da comercialização de gado para abate realizada por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender a importância da pecuária de pequeno porte e suas limitações frente ao mercado competitivo da carne no âmbito da indústria frigorífica. Foram analisadas as relações comerciais entre a indústria frigorífica localizada no Centro do estado do Rio Grande do Sul e os pecuaristas familiares radicados em diferentes meso e microrregiões do Rio Grande do Sul. Realizou-se a coleta na base de dados da empresa responsável pela compra dos animais para abate, buscando os dados referentes aos anos 2010 a 2013. A caracterização entre pecuária familiar ou patronal foi feita a partir da existência de empregados ou não, declaradas pelos produtores rurais que comercializaram seus lotes durante o período considerado. No momento da venda dos animais o pecuarista que não possui empregados rurais possui desconto de contribuição para o FUNRURAL, com base nos critérios estabelecidos pela Lei Estadual N°

13.515 de 13 de setembro de 2010. A análise foi realizada considerando 2.095 contratos de vendas, realizadas por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado. A metodologia utilizada foi análise estatística descritiva, por meio do *software Microsoft Office Excel*, calculou-se os números de respostas, frequência, médias, valores mínimos e máximos. A análise possibilitou inferir uma variação das vendas durante os meses e anos pesquisados. Quanto ao número de comercializações realizadas ao ano, 70,3% foram concretizadas pelas mulheres uma única vez, enquanto que os homens foi 69,4%. No que diz respeito a quantidade de negócios concretizados, a análise mostrou que, na média 69,5% das comercializações foram feitas uma única vez, demonstrando também ser o maior volume de animais vendidos na primeira comercialização, também observou-se que mesmo sendo pequena, houve uma distribuição das vendas durante os meses, isso mostra a busca por melhores preços pelo seu produto. Nesse ponto o mês de julho obteve o menor número de vendas apenas 11,4%. A distribuição dos pecuaristas familiares em meso e microrregiões no estado foi outro importante dado identificado pelo estudo, nesse trabalho identificou-se que 42,9% dos pecuaristas da mesorregião Noroeste são familiares. Esses dados possibilitará um melhor planejamento das ações dos agentes públicos, bem como uma melhor atenção a essa categoria social, tendo em vista que 10,2% dos animais abatidos na indústria pesquisada, representando um montante de 49.182 cabeças, são provenientes do pecuarista familiar. Diante do exposto, ressalta-se a importância de estudos que possibilitem o entendimento e o reconhecimento do pecuarista familiar no âmbito da comercialização de produtos cárneos na indústria frigorífica, organizando ações frente ao complexo mercado da pecuária.

Palavras-chave: indústria frigorífica, mesorregiões, microrregiões, , bovinos de corte, pequeno produtor

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the representativeness of commercialization of cattle for slaughter carried out by family farmers from different regions of the state of Rio Grande do Sul, seeking to understand the importance of livestock farming of small businesses and their limitations facing the competitive market of meat under the slaughtering industry. We analyzed the trade relations between the slaughterhouse industry located in the center of the state of Rio Grande do Sul and the family farmers rooted in different meso and micro regions of Rio Grande do Sul. Collection was performed in the database of the company responsible for the purchase of animals for slaughter, seeking data for the years 2010 to 2013. The characterization between family farmer member or employer was made from the existence of employees or not, declared by rural producers who marketed their lots during the period considered. At the time of sale of animals the rancher who has no rural workers has discount of contribution to the FUNRURAL, based on criteria established by the State Law N^o. 13.515 of 13 September 2010. The analysis was performed considering 2.095 sales contracts, carried out by cattle farmer family of different regions of the state. The methodology used was descriptive statistical analysis, through the *Software Microsoft Office Excel*, we calculated the numbers of responses, frequency, mean, minimum and maximum values. The analysis made it possible to infer a variation of sales during the months and years surveyed. As to the number of tradeclasses performed per year, 70.3% were performed by women only once, while men were 69.4%. With regard to the number of businesses completed, the analysis showed that, on average, 69.5% of the sales were made only once, also proving to be the largest volume of animals sold in the first commercialization, it was also observed that, although small, there was a distribution of sales during the months, this shows the search for better prices for your product. At that point the month of July had the lowest number of sales only 11.4%. The

distribution of family farms in meso and microregions in the state was another important fact identified by the study. In this study, 42.9% of cattle farmers in the Northwest mesoregion were familiar. These data will allow a better planning of the actions of the public agents, as well as a better attention to this social category, considering that 10.2% of the animals slaughtered in the industry surveyed, representing an amount of 49,182 heads, come from the family farmer. Given the above, it is emphasized the importance of studies that facilitate the understanding and recognition of the familiar farmer in the context of the marketing of meat products in the slaughtering industry, organizing actions outside the complex livestock market.

Keywords: bovine Marketing, industry, mesoregions, microregions, family farmer.

INTRODUÇÃO

A pecuária de corte no Rio Grande do Sul tem sua origem nos primórdios da ocupação do espaço agrário gaúcho, onde contribuiu significativamente para a formação da sociedade, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Teve os jesuítas espanhóis e os índios como os responsáveis pela introdução do gado bovino, que acabou solto nos campos gaúchos e posteriormente passou a ser objeto de “caça” para o comércio (RIBEIRO, 2009).

Ao final do século XVIII, houve a ocupação do estado através da distribuição das sesmarias, onde estabeleceram-se as grandes estâncias (ALMEIDA, 1992). Já durante o século XIX, aconteceu a chegada de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos, que ocuparam novas áreas (regiões próximas de Porto Alegre e nordeste do estado) e passaram a desenvolver novas atividades. De acordo com FERREIRA FILHO (1958), o sul do estado já havia sido relativamente ocupado pelas sesmarias. SILVA NETO (2002) sustenta que alguns imigrantes estabeleceram-se em terras de floresta que não despertavam o interesse dos

estancieiros, introduzindo uma dinâmica que não tinha “praticamente nenhum vínculo econômico ou sócio-cultural com a pecuária”.

Instaurou-se assim a diferenciação entre as regiões sul e norte do estado. No sul, os grandes estancieiros com uma pecuária extensiva e, ao norte, segundo FERREIRA FILHO (1958) e PESAVENTO (1994), produtores com base sócio-econômica alicerçada sobre a pequena propriedade. FARINATTI (2005) faz referência à existência de um grupo de pequenos produtores já neste período, constatando que já havia uma realidade agrária bem mais complexa.

Contudo, por intermédio das atividades advindas da pecuária, nota-se a existência de formas familiares de produção, entre elas a da pecuária familiar (WAQUIL et al., 2016). O pecuarista familiar, invisível por muito tempo dentro dessa cadeia produtiva da carne, recebeu o devido reconhecimento e valorização como categoria social a partir do lançamento, em 2016, do livro “Pecuária Familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento”, que reúne o conjunto de estudos desenvolvidos sobre essa categoria social na última década e meia (WAQUIL et al., 2016).

Segundo WAQUIL et al. (2016) o pecuarista familiar tem na sua essência a criação de animais, com pleno domínio e conhecimento sobre essa prática. É neste cenário que a pecuária familiar vem ocupando seu espaço desde a década de 90, onde a expressão “agricultura familiar” emergiu para a sociedade brasileira (SCHNEIDER, 2006). Conforme dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 2016), a pecuária familiar detinha em torno de 3 milhões de bovinos de corte, o que representava 21,5% do rebanho de bovinos do estado em 2016.

Autores como WAQUIL et al. (2016), SCHNEIDER (2016) e MATTE (2017) norteiam o entendimento dessa categoria social e suas relações comerciais. Os mesmos reiteram

a heterogeneidade dessa categoria que enfrenta novos desafios constantemente. Desta forma, é imprescindível estar atento ao mercado, tendo em vista que estratégias e articulações devem ser desenvolvidas com o intuito de proporcionar maior autonomia ao pecuarista familiar.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi analisar a representatividade da comercialização de gado para abate realizada por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul em uma indústria frigorífica do centro do estado, buscando compreender a importância da pecuária de pequeno porte e suas limitações comerciais frente ao mercado competitivo da carne.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado através de uma pesquisa exploratória descritiva por amostragem, com variáveis quantitativas, em uma indústria frigorífica do centro do estado. A análise considerou 12.769 contratos de vendas, sendo 2.095 feitas por pecuaristas familiares de diferentes regiões do estado, o que corresponde a 49.182 cabeças de gado no período de 2010 a 2013, mostrando que mesmo não sendo tão expressiva há certa representatividade dessa categoria no complexo mercado da carne.

Para PINSONNEAULT & KRAEMER (1993), a descrição do objeto analisado busca mapear a distribuição de um fenômeno na população estudada, seja ela tomada como um todo ou dividida em subgrupos. O objetivo dessa metodologia é descrever esta distribuição ou realizar comparações entre distribuições.

O método de pesquisa envolveu três momentos distintos:

1 – identificação dos pecuaristas familiares a partir da análise do banco de dados de fornecedores de gado para abate de 2010 a 2013, de uma empresa frigorífica, que abate em média 10 mil animais por mês;

2 – identificação dos produtores que não possuem mão de obra terceirizada e remunerada, por meio da análise dos descontos ou não do FUNRURAL e definição da amostra;

3 – tabulação e análise dos resultados.

Definição da amostra

A definição da amostra foi feita de acordo com alguns critérios pré estabelecidos na Lei Estadual Nº 13.515, de 13 de setembro de 2010, que definem quem são os pecuaristas familiares. Dentre eles estão a limitação na extensão das unidades de produção em trezentos hectares, ter como atividade predominante a cria ou a recria de bovinos e/ou caprinos e/ou bubalinos e/ou ovinos com a finalidade de corte e mão de obra predominantemente familiar.

Em consonância com os preceitos, para determinação da amostra foi identificado o critério de desconto do FUNRURAL. Assim, aqueles que descontavam o FUNRURAL eram os que não tinham vínculo empregatício, ou seja, produtores rurais que não possuíam qualquer tipo de mão de obra contratada por mais de cento e vinte dias ao ano, portanto, pecuaristas familiares.

Coleta de dados e análise dos resultados

Nesta pesquisa, foi adotado para a coleta de dados o modelo exploratório descritivo por amostragem, com variáveis quantitativas por meio da análise do banco de dados da empresa responsável pela compra dos animais para abate na indústria pesquisada.

Após a coleta dos dados, estes foram tabulados em planilhas utilizando o *software Microsoft Office Excel*. A análise dos resultados consistiu em estatísticas descritivas, identificando o município de origem dos animais, o que permitiu alocar em meso e microrregiões do estado, frequências, médias, valores mínimos e máximos.

Cada contrato de venda representou um evento de comercialização e, dentro dos contratos, também foi quantificado o número de animais comercializados, para identificação da

representatividade do número de animais em relação às variáveis independentes familiar vs patronal, gênero masculino vs feminino e entre meso e microrregiões do estado.

O gênero dos produtores foi classificado a partir da identificação dos nomes masculinos e femininos. Para os nomes que se adequam para os dois gêneros, como Lenir, Neli, entre outros, os pesquisadores buscaram contato telefônico direto com os intermediários das vendas ou com os próprios produtores para sua correta identificação autodeclarada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 mostra que mesmo não sendo tão expressivo o volume de contratos, existe variação nas vendas de animais para abate nos diferentes meses do período pesquisado, ao contrário do que (RIBEIRO, 2009) identificou em sua tese onde não existia relações mercantis guiados pelos melhores preços ou pelas diferentes épocas do ano. O menor percentual foi observado no mês de julho e o maior percentual em setembro. Julho é um mês com poucos contratos de compra apenas 11,4% dos contratos efetuados por pecuaristas familiares no período pesquisado, visto que nesta época as pastagens de inverno ainda não estão estabelecidas, o que é chamado popularmente de “vazio forrageiro” (VAZ et al., 2014). Sendo assim, os produtores sem reservas de feno, silagem ou de áreas de campo nativo com boa oferta de forragem são os principais afetados nesse período, quando a pastagem natural reduz sua produção (MOOJEN; MARASCHIN, 2002; PINTO et al., 2008).

Outra importante interpretação é que mesmo em meses de menor oferta de pastagens a pecuária familiar contribui com animais para abate, indicando a existência de tecnologias de produção independentes da terminação em pastagem natural. Nesse caso, observa-se que supostamente esse pode estar antecipando a semeadura da pastagem, possibilitando a venda de animais em períodos com uma maior valorização financeira por parte da indústria ou mesmo

usando suplementação em pastagem, fato que melhora o ganho de peso dos animais (MARTINI et al., 2015).

Setembro é o mês em que se verifica um maior volume de vendas por parte dos pecuaristas familiares, com 259 contratos concretizados. Agosto, setembro, outubro e novembro são os meses com maior número de contratos (Figura 1). Supõe-se que o aumento do número de comercializações seja em virtude da desocupação de áreas que estavam com pastagens cultivadas de inverno, para serem preparadas para o plantio da soja.

A Tabela 2 mostra que aproximadamente 70% dos produtores, independente do gênero, comercializa apenas uma vez ao ano seus animais, o que leva a inferir que o pecuarista familiar está atento a uma melhor valorização do seu produto e que, logicamente, em geral não são rebanhos de maiores escalas, e que também poderiam haver vendas para outros abatedouros, porém não seria um comportamento comum do pecuarista familiar. Segundo RIBEIRO (2016) e ANDREATTA et al. (2016), isto pode ocorrer em função de os pecuaristas possuírem um número de animais superior ao da capacidade de produção de pastagem da sua propriedade, o que aumenta a oferta de gado magro da pecuária familiar para a terminação dos animais por outros produtores.

Outros trabalhos, como os de RIBEIRO (2009) e PORTO (2008) demonstram que a comercialização pode ser organizada para ser feita em um contrato único, isso ocorre principalmente pela necessidade de recursos financeiros. Já ANDREATTA (2009) expõe que existem dois aspectos que levam o pecuarista familiar à comercialização de seus animais, o primeiro, em virtude da necessidade de dinheiro e o segundo, porque precisam liberar o campo, o que justificariam as vendas em vésperas de menores produções de forragem natural (SOARES et al., 2005).

MATTE (2017) concorda que de fato existe a venda por necessidade de recurso

financeiro, porém os resultados da sua pesquisa mostram que os pecuaristas familiares se preocupam também em comercializar seus animais em período adequado ao bom manejo do campo natural e ao melhor retorno financeiro no momento da venda de seus animais. Além disso, enfatiza que a comercialização ideal seria no mínimo a cada dois meses, oportunizando maior retorno financeiro em momentos de valorização do produto pela indústria.

Outro aspecto importante observado na Tabela 2 é a inclusão feminina nesse ambiente comercial historicamente dominado por homens. Demonstrou-se que o número de comercializações concretizadas por mulheres supera a dos homens, o que não quer dizer que o volume de animais seja superior. No entanto, o número de comercializações de produtoras rurais que não possuem empregados não tem uma consistência prolongada no número de contratos quando comparados aos produtores.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), do total de mulheres produtoras no Brasil que dirigem seus estabelecimentos, 91,5% são mulheres vinculadas a agricultura familiar. LANGBECKER (2016) identificou em seu estudo que algumas entrevistadas assumiam o protagonismo no espaço familiar responsabilizando-se pelas vendas dos animais na hora da comercialização. Da mesma forma, BARBOSA & LOPES (2015) também constataram por condições adversas esse mesmo protagonismo.

Na Tabela 3 se observa que na mesorregião Centro Oriental, 79% dos pecuaristas familiares realizam uma venda, já nas mesorregiões Centro Ocidental e Sudoeste, embora a maioria realize apenas uma venda ao ano, nessas regiões existem uma consistência no números de vendas. Na mesorregião Sudeste, assim como na Sudoeste os pecuaristas organizam suas vendas com maior volume de animais na primeira comercialização 74,8% e 73,6% respectivamente, e as demais vendas são realizadas moderadamente. Da mesma forma, a região Noroeste também concentrou um maior volume de animais na primeira comercialização.

ANDREATTA et al. (2016) citam limitações na comercialização dos pecuaristas de corte, entre eles a dificuldade de se obter uma “carga completa” de um caminhão boiadeiro, além da dificuldade logística, tendo em vista que os menores estabelecimentos de pecuária geralmente se situam mais distantes dos frigoríficos. Estudando a caracterização da pecuária familiar em Bagé, região da campanha, foi observado que as vendas desses produtores, quase na totalidade das vezes, passa por um intermediário entre eles e os frigoríficos (PORTO; BEZERRA, 2016).

Porém, diferente das regiões anteriormente mencionadas, nas vendas subsequentes da região Noroeste essa obteve também um volume de vendas de animais (ver legenda Tabela 3) superior as demais regiões com exceção da região Centro Ocidental e Sudoeste, uma interpretação desse fato seria a grande disponibilidade de pastagens de inverno implantadas após as colheitas das lavouras de verão, principalmente o soja (VAZ et al., 2014).

Confrontando as aptidões agrícolas das regiões do estado do Rio Grande do Sul e a ocupação das áreas, se observa que a Campanha do estado ainda é a região onde algumas áreas agricultáveis são destinadas à pecuária de corte, tanto patronal como familiar. A Tabela 4 buscou-se analisar de forma separada essa região, a qual é dividida em Central, Meridional e Ocidental. Os dados mostram que nessa região os pecuaristas familiares não tem uma consistência prolongada de gado durante o ano e que em média 73,0% das vendas se concentram em uma única comercialização. Também foi observado um equilíbrio no número de vendas subsequentes, demonstrando uma continuidade e um possível planejamento desse processo de vendas. Conforme já comentado, ANDREATTA et al. (2016) citam que o pecuarista familiar tem a sua tomada de decisão alicerçada no momento do “melhor preço”, mas muitas vezes esse processo pode estar alicerçado na necessidade de liquidez do ativo circulante.

FIALHO (2005) cita que no Rincão dos Marques, localidade objeto de sua pesquisa,

na região Sul do Rio Grande do Sul, predomina uma agricultura familiar tradicional com pequenas lavouras de reduzida produtividade e pequenos rebanhos de pecuária, que possuem em média 15 cabeças de gado e algumas poucas ovelhas.

Se existe realmente um planejamento do pecuarista familiar em vender sua produção nos momentos de melhor preço, é preciso considerar que o mercado do boi gordo é influenciado por condições de oferta e demanda e somente em situações extraordinárias os pecuaristas possuem poder de barganha suficiente para poder influenciar no preço, principalmente quando seus lotes não são de maior escala. Entendendo essa dinâmica de mercado, o pecuarista familiar tem na sua unidade de produção um número de animais superior ao da capacidade de produção de pastagem da sua propriedade, estratégia chamada de “poupança” pelos autores RIBEIRO (2009), WAQUIL et al. (2016) e MATTE (2017). Assim esses produtores podem organizar suas vendas nos momentos de maior valorização do produto e principalmente pela necessidade de obter renda, em situações de necessidade de caixa.

Já a microrregião da Campanha Meridional obteve a maior concentração de suas vendas na primeira comercialização com 75% , assim como no acumulado também obteve uma melhor distribuição de vendas. Nessa microrregião, os municípios historicamente tem como atividade econômica principal a pecuária de corte e a ovinocultura. FERNANDES & MIGUEL (2016) estudaram a pecuária familiar na campanha gaúcha, citando que boa percentagem (26%) dos pecuaristas de Santana do Livramento, no século XIX exerciam a pecuária familiar em áreas arrendadas, o que hoje limitaria maiores investimentos em sistemas de engorda.

Defronte a essa realidade, se tem a mesorregião sudoeste, também chamada de região da Campanha, composta por grandes unidades de produção pecuária , o que estabelece um contraponto, como observado na Tabela 4, que demonstra um percentual significativo das vendas oriundas de pecuaristas familiares. Esse é um fato relevante, uma vez que, para a

indústria, diante de um planejamento de compra, agora sabe-se que em determinadas comercializações o aumento de oferta pode estar também vinculada a um percentual de animais provenientes da pecuária familiar. Os dados também servem para ações de políticas públicas que estudem o comportamento comercial do pequeno produtor de bovinos para corte.

Na Tabela 5 se evidencia o resultado da tabela anterior, uma vez que o número de pecuaristas familiares localizados na mesorregião Sudoeste - chamada de região da Campanha - é superior às demais mesorregiões. A mesorregião Centro Ocidental também tem um número expressivo de pecuaristas familiares e a proximidade com a empresa frigorífica pesquisada facilita um maior volume de vendas em virtude dos custos operacionais da indústria, embora a referida possua representação de compradores de gado distribuídos por todo o estado.

Já em relação ao total de pecuaristas familiares e não familiares se destaca a mesorregião Noroeste do estado com 43% de pecuaristas familiares, demonstrando que mesmo sendo uma região produtora de soja com grandes extensões de terra para agricultura, também tem espaço para a pecuária familiar. A mesorregião Sudeste também demonstrou ser uma região com índices altos de pecuaristas familiares, chegando a 37% do total pesquisado. A Figura 2 mostra a pouca distribuição dessa classe social em algumas mesorregiões, como ocorre na Metropolitana e na Nordeste.

Na Tabela 6 é possível inferir o número de pecuaristas familiares nas diferentes microrregiões, sendo das 35 microrregiões do estado, em 28 delas, ou seja 80% existem pecuaristas familiares que comercializam seus bovinos com a indústria pesquisada, demonstrando a importância dessa categoria social para todo estado. Em conformidade a isso, dos 1.057 pecuaristas familiares identificados nessas microrregiões, 33,7% estão nas microrregiões da Campanha, região essa historicamente povoada por grandes propriedades rurais e que mereceu discussão especial feita em relação a Tabela 4.

Outro dado significativo observado na Tabela 6 é a microrregião de Santo Ângelo, sendo a terceira microrregião com maior número de pecuaristas familiares, essa relevância também foi observada no Censo Agropecuário 2006 onde a agricultura familiar teve uma contribuição de 43,1% no valor total da produção agropecuária. Fato esse importante no que diz respeito à implementação das pastagens de inverno deixadas pós colheita de grãos, sendo esse um dos principais motivos para se explicar a melhor distribuição de vendas da mesorregião Noroeste.

Diante dessas informações, é possível que as secretarias de agricultura e pecuária de cada microrregião organize o seu plano de desenvolvimento rural para o município, traçando metas e estratégias necessárias a fim de assessorar o pecuarista familiar na busca de melhores resultados, maximizando assim o lucro da sua propriedade rural.

A Tabela 7 mostra que deve haver um número expressivo de pecuaristas familiares na microrregião de Santa Maria, pois os contratos de venda mostram que 58,8% são feitos com essa classe de produtores. Diante dessa análise, é possível inferir que além de ser uma região mais urbanizada, considerada o centro geográfico do estado, a proximidade com a indústria pode ter corroborado para um alto número de vendas dos pequenos produtores. Outro aspecto demonstrado na mesma tabela é a quantidade desses pecuaristas na região da Campanha, pressupondo que eles sempre estiveram presentes, porém esquecidos pela comunidade científica e pelos órgãos responsáveis pelas políticas públicas dessa categoria.

A partir do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) foi possível observar uma reestruturação da cadeia produtiva da carne junto a uma maior profissionalização dos produtores, incluindo os pecuaristas familiares. À vista disso, está a ascensão dessa nova categoria social desmistificada por extensionistas da Emater-RS. Entende-se porém, que muitos desses pecuaristas ainda não sabem que fazem parte dessa categoria social, pois

desconhecem os critérios que os caracterizam.

Os resultados deste trabalho mostram, de forma geral, que diante de uma categoria social que foi identificada e estudada institucionalmente a partir de 1999/2000, as relações comerciais do pecuarista familiar com a indústria é pouco pesquisada, tendo em vista que a sua caracterização já foi delineada e alicerçada por pesquisadores renomados da comunidade científica. Com esse entendimento, o trabalho realizado por MATTE (2017) transpõe essa página e direciona os próximos estudos para a forma de comercialização, os mercados e o comportamento comercial desses pecuaristas familiares.

Nesse contexto, foi possível identificar e descrever a dinâmica da comercialização de bovinos de corte provenientes da pecuária familiar nas diferentes mesorregiões do estado, uma vez que a maioria dos estudos já realizados debruçavam-se apenas sobre o sul do Rio Grande do Sul. Diante disso, e sabendo da representatividade da indústria pesquisada para o estado, foi exequível saber o grau de relevância das vendas dos pecuaristas familiares perante essa indústria.

CONCLUSÕES

Os resultados mostram que 10,2% dos animais abatidos na indústria pesquisada durante o anos de 2010 a 2013 são provenientes da pecuaria familiar, demonstrando assim a sua importância para essa indústria. Identificou-se também, que esse produtor está atento a época de melhor valorização de seu produto, exemplo disso é que 11,4% venderam seus animais em julho no chamado vazio forrageiro, onde as pastagens de inverno ainda não estão estabelecidas, e onde a indústria tem uma maior valorização do seu produto, muito em detrimento da escassez de animais para abate.

Se conclui que 70% dos pecuaristas familiares ainda concentram suas vendas em um

único momento do ano. Ao identificar o gênero dos produtores se observou a relevante participação das mulheres frente a comercialização de animais para abate.

Logo, a pesquisa revelou que a pecuária de corte familiar está disseminada em todo estado, com algumas mesorregiões mais representativas no volume vendas, como é o caso da Centro Ocidental. No que diz respeito a classificação feita pela Lei Estadual nº 13.515 de 13 de setembro de 2010 , logicamente que pode não caracterizar perfeitamente o pecuarista, no entanto foi um passo importante para a sua regulamentação e diretrizes. O que finda dizer que as relações comerciais entre indústria-pecuarista familiar existem e demonstram representatividade nesse complexo mercado da carne.

Assim sendo, espera-se que os dados apresentados nessa pesquisa, o qual demonstram um possível comportamento da tomada de decisão dessa categoria, esses possam auxiliar os órgãos competentes no planejamento das ações, bem como na organização das políticas públicas proporcionando melhor estruturação nas relações comerciais da categoria e, conseqüentemente, maior valorização do seu produto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P.F.C. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha 1870-1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v.13, n.2, p.546-577, 1992. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/168817>>. Acesso: fev. 10, 2019.

ANDREATTA, T. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. 2009. 241f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANDREATTA, T. et al. A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P.D. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.65-86.

BARBOSA, A.A.N; LOPES, M.J.M. Mulheres na agricultura familiar do Semiárido Norte Mineiro: exclusão, inclusão e desenvolvimento rural do feminino. In: STADUTO, J.A.R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C.A. **Desenvolvimento rural e gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.293-319.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (EMATER/RS). Associação riograndense de empreendimentos, assistência técnica e extensão rural. **Pecuária familiar**. Escritório Município de Santa Maria. Relatório anual. 2016.

FARINATTI, L.A. **Criadores de gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870)**. Anais das II Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre: CD-ROM, 2005.

FERNANDES, V.D; MIGUEL, L.A. A presença histórica da pecuária familiar na região da campanha do rio Grande do Sul (Santana do Livramento, século XIX). In: **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento /**

organizado por Paulo Dabdab Waquil ... [et al.]. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.41- 61.

FERREIRA FILHO, A. **História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1957**. Porto Alegre: Globo, 1958. 184 p

FIALHO, M.A.V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo**. 2005. 223f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário de 2006: agricultura familiar, primeiros resultados, 2006.

LANGBECKER, T.B. **Trabalho e gênero: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS**. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINI, A.P.M. **Características morfogênicas da pastagem de sorgo forrageiro submetido ao pastejo contínuo de novilhos de corte suplementados**. 2015. 58f. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Programa de Pós-graduação em Zootecnia, Universidade Federal de Santa Maria.

MATTE, A. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2017. 294f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MOOJEN, E.L.; MARASCHIN, G.E. Potencial produtivo de uma pastagem nativa do Rio Grande do Sul submetida a níveis de oferta de forragem. **Ciência Rural**, v.32, n.1, p.127-132. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cr/v32n1/a22v32n1.pdf>>. Acesso em: fev. 18, 2019.

PESAVENTO, S.J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. Survey research methodology in management information systems: an assessment. **Journal of management information systems**, v.10, n.2, p.75-105, 1993. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07421222.1993.11518001>>. Acesso em: 28 nov. 2018. doi: 10.1080/07421222.1993.11518001

PINTO, C.E. et al. Produções primária e secundária de uma pastagem natural da Depressão Central do Rio Grande do Sul submetida a diversas ofertas de fitomassa aérea total. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.37, n.10, p.1737-1741, 2008. Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/revista/artigos/7094.pdf>>. Acesso em: dez. 2, 2018.

PORTO, R.G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé, Rio Grande do Sul**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.

PORTO, R.G.; BEZERRA, A.J.A. Perfil socioprodutivo dos pecuaristas familiares em Bagé, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P.D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 109-129.

RIBEIRO, C.M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RIBEIRO, C.M. O modo de vida dos pecuaristas familiares no pampa brasileiro. In: WAQUIL,

P.D. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.87-108.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto N° 48.316, de 31 de agosto de 2011. Regulamenta o Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar – PECFAM, instituído pela Lei n° 13.515, de 13 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2048.316.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.93-157.

SILVA NETO, B. **Avaliação e caracterização sócio-econômica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Departamento de Estudos Agrários/UNIJUÍ, 2002.

SOARES, A.B. et al. Produção animal e de forragem em uma pastagem nativa submetida a distintas ofertas de forragem. **Ciência Rural**, v.35, n.5, p.1148-1154, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v35n5/a25v35n5.pdf>>. Acesso em: dez. 4, 2018.

VAZ, F.N. et al. Fatness Beef Cattle Purchase Transactions Study in a Abattoir Firm in the Rio Grande Do Sul State. **American International Journal of Contemporary Research**, v.4, n.9, p.165-174, 2014. Disponível em: <http://www.ajcernet.com/> Acesso: fev. 10, 2019.

WAQUIL, P.D. et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 65-86.

Tabela 1 – Número de vendas e representividade dessas por mês, durante os anos de 2010 à 2013, dos pecuaristas familiares e não familiares.

Meses	Familiar		Não familiar		Total N°	Total %
	N°	%	N°	%		
Jan	129	14,7	748	85,2	877	100,0
Fev	158	16,9	772	83,0	930	100,0
Mar	189	16,8	932	83,1	1121	100,0
Abr	195	17,4	921	82,5	1116	100,0
Mai	188	16,9	921	83,0	1109	100,0
Jun	101	14,0	619	85,9	720	100,0
Jul	97	11,4	752	88,5	849	100,0
Ago	207	16,4	1048	83,5	1255	100,0
Set	259	20,8	982	79,1	1241	100,0
Out	214	17,5	1003	82,4	1217	100,0
Nov	202	16,2	1041	83,7	1243	100,0
Dez	156	14,3	935	85,7	1091	100,0
Total	2.095	16,4	10.674	83,5	12769	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

Tabela 2 – Percentual de pecuaristas familiares por gênero, e número de comercializações realizadas ao ano no período estudado.

Gênero do Produtor	Número de comercializações realizadas ao longo do ano										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	10	12	
Feminino	70,3	20,1	7,0	1,5	0,0	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	100,0
Masculino	69,4	18,9	6,4	2,4	1,2	0,6	0,1	0,4	0,0	0,1	100,0
Média	69,5	19,0	6,5	2,3	1,0	0,5	0,2	0,3	0,0	0,1	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

Tabela 3 – Percentual de pecuaristas familiares por região, e número de comercializações realizadas ao ano no período estudado.

Mesorregião	Número de comercializações realizadas ao longo do ano										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	10	12	
C. Ocidental	65,7	21,7	8,0	1,6	1,6	0,2	0,2	0,2	0,0	0,4	100,0
Acumulado	65,7	87,4	95,4	97,0	98,6	98,8	99	99,2	99,2	99,6	100,0
C. Oriental	79,1	16,6	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Acumulado	79,1	95,7	99,8	99,8	99,8	99,8	99,8	99,8	99,8	99,8	100,0
Metropolitana	66,6	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Acumulado	66,6	66,6	66,6	66,6	66,6	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9	100,0
Nordeste	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Acumulado	0,0	0,0	0,0	100	100	100	100	100	100	100	100,0
Noroeste	64,7	21,4	7,6	3,6	1,2	0,4	0,0	0,4	0,4	0,0	100,0
Acumulado	64,7	86,1	93,7	97,3	98,5	98,9	98,9	99,3	99,7	99,7	100,0
Sudeste	74,8	17,4	3,5	3,5	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Acumulado	74,8	92,2	95,7	99,2	99,2	99,6	99,6	99,6	99,6	99,6	100,0
Sudoeste	73,6	15,6	5,9	1,4	1,0	1,0	0,5	0,7	0,0	0,0	100,0
Acumulado	73,6	89,2	95,1	96,5	97,5	98,5	99	99,7	99,7	99,7	100,0
Total	69,5	19,0	6,5	2,3	1,0	0,5	0,2	0,3	0,0	0,1	100,0
Acumulado	69,5	88,5	95,0	97,3	98,3	98,8	99,0	99,3	99,3	99,4	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

*Legenda: Horizontal – Número de comercialização; Vertical - Mesorregiões

Os totais de animais referentes à tabela 3 foram: Centro ocidental 17.077 cabeças, Centro Oriental 806 cabeças, Metropolitana 231 cabeças, Nordeste 180 cabeças, Noroeste 8.596 cabeças, Sudeste 6.365 cabeças, Sudoeste 15.927 cabeças, total geral 49.182 cabeças.

Tabela 4 – Percentual de vendas realizadas no ano por pecuaristas familiares da mesorregião sudoeste (campanha) no período estudado.

Microrregião	Número de comercializações realizadas ao longo do ano								Total Geral
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Campanha Central	73,4	15,6	7,0	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	100,0
Acumulado	73,4	89,0	96,0	96,7	97,4	98,1	98,8	99,5	100,0
Campanha Meridional	75,0	15,6	6,2	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	100,0
Acumulado	75,0	90,6	96,8	97,8	97,8	98,8	98,8	99,8	100,0
Campanha Ocidental	73,0	15,7	5,0	2,2	1,6	1,1	0,5	0,5	100,0
Acumulado	73,0	88,7	93,7	95,9	97,5	98,6	99,1	99,6	100,0
Total Geral	73,6	15,6	5,9	1,4	1,0	1,0	0,5	0,7	100,0
Acumulado	73,6	89,2	95,1	96,5	97,5	98,5	99,0	99,7	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

*Legenda: Horizontal – número de comercialização (vendas); Vertical - Microrregião

Tabela 5– Número e percentual de estabelecimentos em cada mesorregião de acordo com a condição de pecuarista familiar e não familiar no período estudado.

Mesorregião	Familiar		Não familiar		Total N°	Total %
	N°	%	N°	%		
Centro Ocidental	326	39,0	510	61,0	836	100,0
Centro Oriental	23	35,3	42	64,6	65	100,0
Metropolitana	4	11,1	32	88,8	36	100,0
Nordeste	1	16,6	5	83,3	6	100,0
Noroeste	183	42,9	243	57,0	426	100,0
Sudeste	183	37,4	306	62,5	489	100,0
Sudoeste	337	20,5	1307	79,5	1644	100,0
Total Geral	1057	30,1	2445	69,8	3502	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

Tabela 6 – Número e percentual de estabelecimentos em cada microrregião de acordo com a condição de pecuarista familiar e não familiar no período estudado.

Microrregião	Familiar		Não familiar		Total N°	Total
	N°	%	N°	%		
Cachoeira do Sul	22	36,7	38	63,3	60	100,0
Camaquã	-	0,0	31	100,0	31	100,0
Campanha Central	100	22,4	346	77,6	446	100,0
Campanha Meridional	80	28,4	202	71,6	282	100,0
Campanha Ocidental	157	17,1	759	82,9	916	100,0
Carazinho	4	40,0	6	60,0	10	100,0
Cerro Largo	33	78,6	9	21,4	42	100,0
Cruz Alta	18	31,0	40	69,0	58	100,0
Frederico Westphalen	-	0,0	1	100,0	1	100,0
Guaporé	-	0,0	1	100,0	1	100,0
Ijuí	7	25,9	20	74,1	27	100,0
Jaguarão	24	31,2	53	68,8	77	100,0
Litoral Lagunar	70	36,3	123	63,7	193	100,0
Serras do Sudeste	86	45,3	104	54,7	190	100,0
Passo Fundo		0,0	4	100,0	4	100,0
Pelotas	3	10,3	26	89,7	29	100,0
Porto Alegre	1	100,0		0,0	1	100,0
Restinga Seca	22	64,7	12	35,3	34	100,0
Sananduva	-	0,0	1	100,0	1	100,0
Santa Cruz do Sul	1	20,0	4	80,0	5	100,0
Santa Maria	226	44,9	277	55,1	503	100,0
Santa Rosa	4	66,7	2	33,3	6	100,0
Santiago	78	26,1	221	73,9	299	100,0
Santo Ângelo	115	42,3	157	57,7	272	100,0
São Jerônimo	3	75,0	1	25,0	4	100,0
Soledade	2	66,7	1	33,3	3	100,0
Três Passos	-	0,0	2	100,0	2	100,0
Vacaria	1	20,0	4	80,0	5	100,0
Total Geral	1057	30,2	2445	69,8	3502	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

Tabela 7– Número e percentual de estabelecimentos, dos dez municípios mais representativos, de acordo com a condição de pecuarista familiar e não familiar no período estudado.

Município	Familiar		Não familiar		Total N°	Total %
	N°	%	N°	%		
Uruguaiana	31	15,5	169	84,5	200	100,0
Sao Gabriel	28	23,5	91	76,5	119	100,0
Santana do Livramento	36	15,8	191	84,1	227	100,0
Santa Vitória do Palmar	62	38,0	101	61,9	163	100,0
Santa Maria	110	58,8	77	41,2	187	100,0
Rosario do Sul	34	38,2	55	61,8	89	100,0
Lavras do Sul	47	37,6	78	62,4	125	100,0
Júlio de Castilhos	23	20,3	90	79,6	113	100,0
Itaqui	6	5,2	108	94,7	114	100,0
Alegrete	28	14,4	166	85,6	194	100,0
Total geral	405	26,4	1.126	73,5	1531	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa.

Figura 1 – Distribuição das vendas/cabeças e representividade dessas por mês dos pecuaristas familiares amostrados na pesquisa

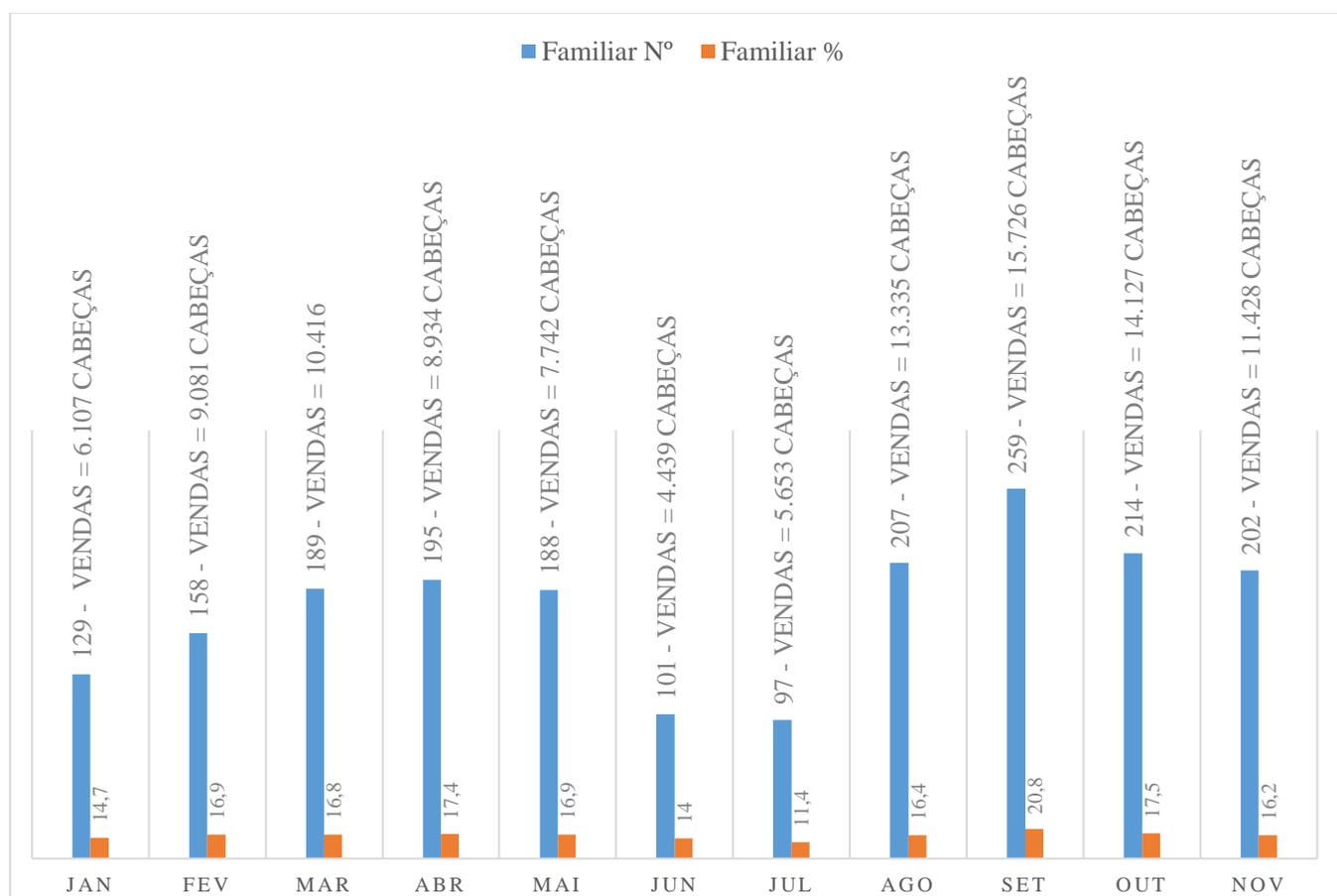
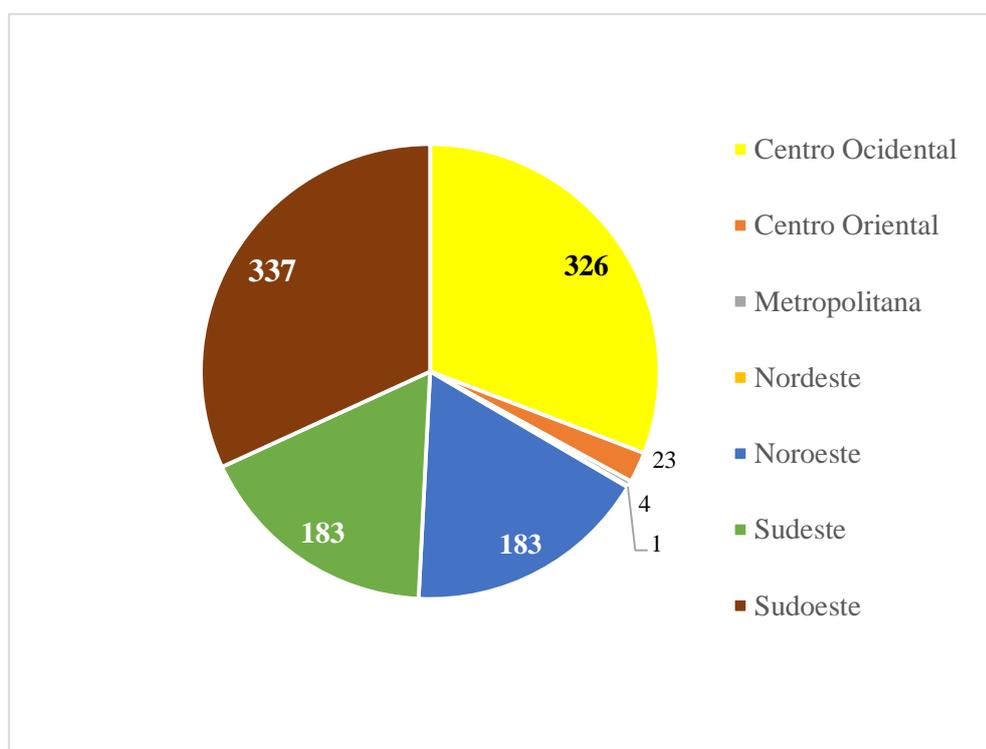


Figura 2 – Distribuição regional dos pecuaristas familiares amostrados na pesquisa



6 CONCLUSÃO

Buscando entender a representatividade da pecuária familiar na produção de carne bovina na indústria pesquisada, sendo esta uma categoria social já estudada e caracterizada na literatura, foi possível diante desses números e para essa pesquisa identificar e descrever a dinâmica da comercialização de bovinos de corte provenientes da pecuária familiar nas diferentes regiões do estado.

A pecuária familiar responde por 1/6 da comercialização de bovinos no estado do Rio Grande do Sul e esta presente em todas as regiões do estado, com maior representatividade da comercialização no mês de setembro, embora esteja presente nos abates durante todo o ano. Observou-se também uma participação efetiva das mulheres à frente do gerenciamento dos contratos de venda.

Independente do gênero, em média 69,5% dos produtores vendem animais para abate apenas uma vez no ano, mais 19,0% realizam duas vendas ao ano e menos de 1% tem mais de cinco vendas por ano. Em algumas regiões quase a totalidade dos pecuaristas familiares fazem uma ou duas vendas ao ano, como ocorre nas regiões Centro Ocidental (87,4%), Centro Oriental (95,7%), Sudeste (92,2%) e Sudoeste (89,2%).

Decompondo a região da Campanha nas suas três microrregiões, se observa que o número de vendas é relativamente similar entre elas, constatando que 95,1% dos produtores realizam no máximo três vendas ao ano.

O Noroeste é a mesorregião com maior representatividade da pecuária familiar, pois 42,9% dos produtores são dessa classe social, quase quatro vezes a mais que a representatividade dos mesmos na região Metropolitana (11,1%).

Nos dez municípios mais expressivos, se constata que a pecuária familiar está mais presente em Santa Maria, com 110 produtores, o que representa 58,5% dos vendedores de gado gordo desse município.

Contudo, nessa pesquisa identificou-se que não existe variação consideravelmente alta (>15%) no percentual de contratos de vendas por parte de pecuaristas familiares das diferentes mesorregiões do Rio Grande do Sul, pois apenas 10,19% dos animais abatidos na indústria pesquisada durante o anos de 2010 a 2013 são provenientes da pecuária familiar. Rejeita-se então a hipótese alternativa, mesmo sabendo que o número de contratos é superior a 16% e que o crescimento dessa categoria social até pouco tempo inexistia aos olhos da indústria

pesquisada, agora sabe-se que os animais provenientes da pecuária familiar estão presentes em todos os contratos de venda dessa indústria, porém mesmo tendo seu grau de relevância, eles ainda não são representativos ao ponto de influenciar mudanças econômicas no mercado da carne.

Assim, é importante que os órgãos que gerenciam políticas públicas para o pequeno produtor rural, busquem estimular ações que valorizem o desenvolvimento regional, tendo em vista que essa categoria social está presente em todos os municípios do estado. Desse modo, é essencial também a valorização dos aspectos culturais, bem como das habilidades desses pequenos produtores rurais, a fim de que sejam inclusos nos projetos de desenvolvimento para a pecuária de corte de seus municípios.

Diante disso, é essencial que conheçamos a lógica nas relações comerciais entre pecuarista familiar e indústria. Para tanto, é necessário o desenvolvimento contínuo de trabalhos científicos que busquem conhecer essas transações, possibilitando nortear as ações dos órgãos públicos, bem como assessorar o pecuarista familiar na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

- ABICHT, A. M. **Percepções dos consumidores locais sobre a carne bovina certificada e rastreada**. 2008. 86p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ABIEC. Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. **Estatísticas**. 2012. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- ALONSO, J. A. F. et al. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Secretaria do Planejamento e da Administração, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994.
- ANDREATTA, T. **Bovinocultura de Corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. 2009. 241f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.
- ANDREATTA, T.; WAQUIL, P. D.; MIGUEL, L. A. A organização dos estabelecimentos de pecuária de corte de base familiar no Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 65-85.
- ANUALPEC. **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo, SP, Brazil: Informa Economics FNP, 2015.
- AZEVEDO, L. F.; FIALHO, M. A. Pecuária familiar: uma análise do modo de apropriação da natureza a partir dos saberes e práticas tradicionais – Território do Alto Camaquã, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 131-148.
- BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. 212p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BORBA, M. F. S. Desenvolvimento territorial endógeno: o caso do Alto Camaquã. In: WAQUIL, Paulo Dabdab et al. **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 187-214.
- CAGGIANO FILHO, P. et al. Métodos de utilização de pastagem cultivada de inverno na suplementação do campo natural. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 8, n. 2, p. 43-46, 1973. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/17322>>. Acesso em: 3 dez. 2018.

SOARES et al. **Produção animal e de forragem em pastagem nativa submetida a distintas ofertas de forragem.** *Ciência Rural*, Santa Maria, v35, n.5, p.1148-1154, set-out, 2005

COTRIM, M. S. **Pecuária familiar na região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do pecuarista familiar no município de Canguçu/RS.** 2003. 142p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003.

CONCEIÇÃO, A. F. **Internet pra quê?: a construção de capacidades e as TIC no processo de desenvolvimento rural.** 2016. 208f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

CRUZ, F. T. da.; SANTOS, J. S. Alimentos tradicionais, modo de vida e desenvolvimento rural: um estudo a partir do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 215-236.

DENT, D.; YOUNG, A. **Soil survey and land evaluation.** London:E & FN Spon, 1993. 292p.

EMATER. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - RS. Associação riograndense de empreendimentos, assistência técnica e extensão rural. **Pecuária familiar.** Escritório Município de Santa Maria. Relatório anual. 2016.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul.** 2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/destaques/>>. Acesso em: 1 fev. 2019.

FIALHO, M.A.V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo.** 2005. 223f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,RJ, 2005.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. I. Novas identidades, novos territórios–Mobilizando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. **Extensão Rural**, n. 14, p. 65-90, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/extensaorural/article/view/9322>>. Acesso em: 9 dez. 2018.

FROEHLICH, J. M.et al. **A agricultura familiar e as experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional.** *AgrocienciaUruguay*, v. 14, n. 2, p. 115-125, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S2301-15482010000200012&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 2 dez. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** 2016. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em:12 nov. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População, Economia e Canais**. Banco de Dados, 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

KRONE, E. E.; MENASCHE, R. A formação da pecuária de corte e da produção tradicional do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 169-184.

MALAFAIA, G. C.; AZEVEDO, D. B. de; BARCELLOS, J. O. J. Terroir, empreendedorismo e mecanismos de coordenação na pecuária de corte. **Revista Brasileira Zootecnia**, v. 40, p. 195-203, 2011. Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/revista/artigos/66276.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

MATTE, A. **Convenções e mercados da pecuária familiar no sul do Rio Grande do Sul, Brasil**. 2017. 294f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

MATTE, A. **Vulnerabilidade, capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**. 2013. 176p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. **Reprodução social na pecuária familiar**. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 265-282.

MARASCHIN, G. E.; CORRÊA, F. L. Crescimento e desaparecimento de uma pastagem nativa sob diferentes níveis de oferta de forragem. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 29, n. 10, p. 1617-1623, 1994. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/4215>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

MAYSONNAVE, G. S. **Estudo do mercado da carne bovina proveniente de uma aliança mercadológica**. 2016. 76p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

MOOJEN, E. L. **Dinâmica e potencial produtivo de uma pastagem nativa do Rio Grande do Sul submetida a pressões de pastejo, época de diferimento e níveis de adubação**. 1991. 231f. Tese (Doutorado em Zootecnia) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1991.

MULLER, L.; PRIMO, A. T. Influência do regime alimentar no crescimento e terminação de bovinos e na qualidade da carcaça. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.21, n. 4, p. 445-452, 1986. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/14784>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

NABINGER, C. et al. Produção animal com base no campo nativo: aplicações de resultados de pesquisa. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. Á.

(Ed.). **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 175-198.

NESKE, M. Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da Pecuária Familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul**. 2009. 207f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

NESKE, M. Z. Mercantilização, heterogeneidade social e autonomia na produção familiar: uma análise da pecuária familiar do sul do Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 131-148.

NEVES, D. P. Agricultura familiar. In: MOTTA, M. (Org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 24-26.

NEVES, M. F. et al. Redes agroalimentares & marketing da carne bovina em 2010. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Raças Zebuínas**. 2000.

NICOLA, M. P.; MARQUES, F. C. Transições em direção ao uso sustentável e conservação dos campos sulinos gaúchos: o lugar da pecuária familiar. **Extensão Rural**, v. 23, n. 1, p. 58-77, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/index.php/extensaorural/article/view/17772>>. Acesso em: 5 jan. 2019.

OLIVEIRA, J. C. P.; DUTRA, G. M.; MORAES, C. O. C. **Alternativas forrageiras para sistemas de produção pecuária**. Bagé: CPPSul, 2001. 33p.

OSÓRIO, H. Pastores e lavradores do Rio Grande, séculos XVIII e XIX. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 15-40.

PASCOAL, L. L. et al. Relações comerciais entre produtor, indústria e varejo e as implicações na diferenciação e precificação de carne e produtos bovinos não-carcaça. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 40, p. 82-92, 2011. Disponível em: <<http://www.sbz.org.br/revista/artigos/66263.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

PORTO, R. G. et al. Pecuária familiar: a emergência de uma categoria social no Sul do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 2, p. 473-494, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010320032010000200010&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 5 dez. 2018.

PORTO, R.G. **Caracterização da pecuária familiar na região da Campanha Meridional: estudo de caso no município de Bagé, Rio Grande do Sul**. 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) –Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2008.

PORTO, R. G.; BEZERRA, A. J. A. Perfil socioproductivo dos pecuaristas familiares em

Bagé, Rio Grande do Sul. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 109-129.

PILLAR, V. P. et al. **Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. p. 42-59.

RESTLE, J. et al. Apreciação econômica da terminação em confinamento de novilhos Red Angus superjovens abatidos com diferentes pesos. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 36, n. 4, p. 978-986, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbz/v36n4/30.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RIBEIRO, C.M. **Estudo do modo de vida dos pecuaristas familiares da região da campanha do Rio Grande do Sul**. 2009. 304f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

RIBEIRO, C. M. **De onde virão os terneiros?** In: 44ª Etapa do Fórum Permanente do Agronegócio. Centro do Agronegócio(seminário). Santa Maria, RS, 2013.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva da carne**. 2005. 175p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul**. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, p. 15-50, 2000.

SEBRAE; SENAR; FARSUL. **Diagnóstico de Sistemas de Produção de Bovinocultura de corte do Estado do Rio Grande do Sul**. Base de Dados - Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

TARGA, L. R. P. **Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1991.

TORRES, J. E. H. **A pecuária familiar, uma realidade pouco conhecida: estudo de caso sobre a caracterização e análise socioeconômica da pecuária familiar no município de Santana do Livramento/RS**. 2001. 192f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

VARGAS, F. V. **Análise da oferta de gado gordo em diferentes regiões do Rio Grande do Sul ao longo dos meses do ano de 2012 a 2014**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

VAZ, F. N. et al. Fatness beef cattle purchase transaction study in a abattoir firm in the Rio Grande Do Sul State. **American International Journal of Contemporary Research**, v. 4, n. 9, p. 165-171, 2014. Disponível em:

<http://www.aijcrnet.com/journals/Vol_4_No_9_September_2014/19.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

WAQUIL, P.D. et al. Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: a ressignificação de uma categoria social. In: WAQUIL, P. D. et al. (Org.) **Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 11-14.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de Mercados e Agricultura Fami** desafios para o desenvolvimento rural. Port Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 53-73.

ANEXO A - NORMAS PARA PUBLICAÇÃO REVISTA CIÊNCIA RURAL



ISSN Eletrônico: 1678-4596

Normas para publicação

1. **CIÊNCIA RURAL** - Revista Científica do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria publica artigos científicos, revisões bibliográficas e notas referentes à área de Ciências Agrárias, que deverão ser destinados com exclusividade.
2. Os artigos científicos, revisões e notas devem ser encaminhados via eletrônica e editados preferencialmente em idioma Inglês. Os encaminhados em Português poderão ser traduzidos após a 1ª rodada de avaliação para que ainda sejam revisados pelos consultores ad hoc e editor associado em rodada subsequente. Entretanto, caso não traduzidos nesta etapa e se aprovados para publicação, terão que ser obrigatoriamente traduzidos para o Inglês por empresas credenciadas pela Ciência Rural e obrigatoriamente terão que apresentar o certificado de tradução pelas mesmas para seguir tramitação na CR. As despesas de tradução serão por conta dos autores. Todas as linhas deverão ser numeradas e paginadas no lado inferior direito. O trabalho deverá ser digitado em tamanho A4 210 x 297mm com, no máximo, 25 linhas por página em espaço duplo, com margens superior, inferior, esquerda e direita em 2,5cm, fonte Times New Roman e tamanho 12. O máximo de páginas será **15 para artigo científico, 20 para revisão bibliográfica e 8 para nota, incluindo tabelas, gráficos e figuras**. Figuras, gráficos e tabelas devem ser disponibilizados ao final do texto e individualmente por página, sendo que não poderão ultrapassar as margens e **nem estar com apresentação paisagem**.
3. O artigo científico (Modelo [.doc.,.pdf](#)) deverá conter os seguintes tópicos: Título (Português e Inglês); Resumo; Palavras-chave; Abstract; Introdução com Revisão de Literatura; Material e Métodos; Resultados e Discussão; Conclusão e Referências; Agradecimento(s) e Apresentação; Fontes de Aquisição; Informe Verbal; Comitê de Ética e Biossegurança devem aparecer antes das referências. **Pesquisa envolvendo seres humanos e animais obrigatoriamente devem apresentar parecer de aprovação de um comitê de ética institucional já na submissão**. Alternativamente pode ser enviado um dos modelos ao lado ([Declaração Modelo Humano](#), [Declaração Modelo Animal](#)).
4. **Revisão bibliográfica** (Modelo [.doc.,.pdf](#)) deverá conter os seguintes tópicos: Título (Português e Inglês); Resumo; Palavras-chave; Abstract; Key words; Introdução; Desenvolvimento; Conclusão; e Referências. Agradecimento(s) e Apresentação; Fontes de Aquisição e Informe Verbal; Comitê de Ética e Biossegurança devem aparecer antes das referências. **Pesquisa envolvendo seres humanos e animais obrigatoriamente devem apresentar parecer de aprovação de um comitê de ética institucional já na submissão**. Alternativamente pode ser enviado um dos modelos ao lado ([Declaração Modelo Humano](#), [Declaração Modelo Animal](#)).
5. **Anota** (Modelo [.doc.,.pdf](#)) deverá conter os seguintes tópicos: Título (Português e Inglês); Resumo; Palavras-chave; Abstract; Key words; Texto (sem subdivisão, porém com introdução; metodologia; resultados e discussão e conclusão; podendo conter tabela(s) ou figuras); Referências. Agradecimento(s) e Apresentação; Fontes de Aquisição e Informe Verbal; Comitê de Ética e Biossegurança devem aparecer antes das referências. **Pesquisa envolvendo seres humanos e animais obrigatoriamente devem apresentar parecer de aprovação de um comitê de ética institucional já na submissão**. Alternativamente pode ser enviado um dos modelos ao lado ([Declaração Modelo Humano](#), [Declaração Modelo Animal](#)).
6. O preenchimento do campo "**cover letter**" deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes informações em inglês, **exceto** para artigos **submetidos em português** (lembrando que preferencialmente os artigos devem ser submetidos em inglês).
 - a) What is the major scientific accomplishment of your study?
 - b) The question your research answers?
 - c) Your major experimental results and overall findings?
 - d) The most important conclusions that can be drawn from your research?
 - e) Any other details that will encourage the editor to send your manuscript for review?

Para maiores informações acesse o seguinte [tutorial](#).

7. Não serão fornecidas separatas. Os artigos encontram-se disponíveis no formato pdf no endereço eletrônico da revista www.scielo.br/cr.

8. Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) - inglês e português (caso o artigo seja em inglês). Somente a primeira letra do título do artigo deve ser maiúscula exceto no caso de nomes próprios. Evitar abreviaturas e nomes científicos no título. O nome científico só deve ser empregado quando estritamente necessário. Esses devem aparecer nas palavras-chave, resumo e demais seções quando necessários.

9. As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas com letras maiúsculas seguidas do ano de publicação, conforme exemplos: Esses resultados estão de acordo com os reportados por MILLER & KIPLINGER (1966) e LEE et al. (1996), como uma má formação congênita (MOULTON, 1978).

10. As Referências deverão ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000) conforme normas próprias da revista.

10.1. Citação de livro:

JENNINGS, P.B. **The practice of large animal surgery**. Philadelphia : Saunders, 1985. 2v.

TOKARNIA, C.H. et al. (Mais de dois autores) **Plantas tóxicas da Amazônia a bovinos e outros herbívoros**. Manaus : INPA, 1979. 95p.

10.2. Capítulo de livro com autoria:

GORBAMAN, A.A comparative pathology of thyroid. In: HAZARD, J.B.; SMITH, D.E. **The thyroid**. Baltimore : Williams & Wilkins, 1964. Cap.2, p.32-48.

10.3. Capítulo de livro sem autoria:

COCHRAN, W.C. The estimation of sample size. In: _____ . **Sampling techniques**. 3.ed. New York : John Willey, 1977. Cap.4, p.72-90.

TURNER, A.S.; McILWRAITH, C.W. Fluidoterapia. In: _____ . **Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte**. São Paulo : Roca, 1985. p.29-40.

10.4. Artigo completo:

O autor deverá acrescentar a url para o artigo referenciado e o número de identificação DOI (Digital Object Identifiers), conforme exemplos abaixo:

MEWIS, I.; ULRICHS, CH. Action of amorphous diatomaceous earth against different stages of the stored product pest *Tribolium confusum* (Coleoptera: Tenebrionidae), *Tenebrio molitor* (Coleoptera: Tenebrionidae), *Sitophilus granarius* (Coleoptera: Curculionidae) and *Plodia interpunctella* (Lepidoptera: Pyralidae). **Journal of Stored Product Research**, Amsterdam (Cidade opcional), v.37, p.153-164, 2001. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0022-474X\(00\)00016-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0022-474X(00)00016-3)>. Acesso em: 20 nov. 2008. doi: 10.1016/S0022-474X(00)00016-3.

PINTO JUNIOR, A.R. et al. (Mais de 2 autores). Response of *Sitophilus oryzae* (L.), *Cryptolestes ferrugineus* (Stephens) and *Oryzaephilus surinamensis* (L.) to different concentrations of diatomaceous earth in bulk stored wheat. **Ciência Rural**, Santa Maria (Cidade opcional), v. 38,

n. 8, p.2103-2108, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782008000800002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2008. doi: 10.1590/S0103-84782008000800002.

10.5. Resumos:

RIZZARDI, M.A.; MILGIORANÇA, M.E. Avaliação de cultivares do ensaio nacional de girassol, Passo Fundo, RS, 1991/92. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. V.1. 420p. p.236.

10.6. Tese, dissertação:

COSTA, J.M.B. **Estudo comparativo de algumas características digestivas entre bovinos (Charolês) e bubalinos (Jafarabad)**. 1986. 132f. Monografia/Dissertação/Tese (Especialização/ Mestrado/Doutorado em Zootecnia) - Curso de Pós-graduação em Zootecnia, Universidade Federal de Santa Maria.

10.7. Boletim:

ROGIK, F.A. **Indústria da lactose**. São Paulo : Departamento de Produção Animal, 1942. 20p. (Boletim Técnico, 20).

10.8. Informação verbal:

Identificada no próprio texto logo após a informação, através da expressão entre parênteses. Exemplo: ... são achados descritos por Vieira (1991 - Informe verbal). Ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, citar o endereço completo do autor (incluir E-mail), e/ou local, evento, data e tipo de apresentação na qual foi emitida a informação.

10.9. Documentos eletrônicos:

MATERA, J.M. **Afecções cirúrgicas da coluna vertebral: análise sobre as possibilidades do tratamento cirúrgico**. São Paulo : Departamento de Cirurgia, FMVZ-USP, 1997. 1 CD.

GRIFON, D.M. Artrosic diagnosis of elbow dysplasia. In: WORLD SMALL ANIMAL VETERINARY CONGRESS, 31., 2006, Prague, Czech Republic. **Proceedings**. Prague: WSAVA, 2006. p.630-636. Acesso em 12 fev. 2007. Online. Disponível em: <http://www.ivis.org/proceedings/wsava/2006/lecture22/Griffon1.pdf?LA=1>

UFRGS. **Transgênicos**. Zero Hora Digital, Porto Alegre, 23 mar. 2000. Especiais. Acessado em 23 mar. 2000. Online. Disponível em: <http://www.zh.com.br/especial/index.htm>

ONGPHIPHADHANAKUL, B. Prevention of postmenopausal bone loss by low and conventional doses of calcitriol or conjugated equine estrogen. **Maturitas**, (Ireland), v.34, n.2, p.179-184, Feb 15, 2000. Obtido via base de dados MEDLINE. 1994-2000. Acessado em 23 mar. 2000. Online. Disponível em: <http://www.Medscape.com/server-java/MedlineSearchForm>

MARCHIONATTI, A.; PIPPI, N.L. Análise comparativa entre duas técnicas de recuperação de úlcera de córnea não infectada em nível de estroma médio. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE CIRURGIA VETERINÁRIA, 3., 1997, Corrientes, Argentina. **Anais...**

Corrientes :Facultad de CienciasVeterinarias - UNNE, 1997. Disquete. 1 disquete de 31/2. Para uso em PC.

11. Desenhos, gráficos e fotografias serão denominados figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos. A revista não usa a denominação quadro. As figuras devem ser disponibilizadas individualmente por página. Os desenhos figuras e gráficos (com largura de no máximo 16cm) devem ser feitos em editor gráfico sempre em qualidade máxima com pelo menos 300 dpi em extensão .tiff. As tabelas devem conter a palavra tabela, seguida do número de ordem em algarismo arábico e não devem exceder uma lauda.
12. Os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
14. Será obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. O artigo não tramitará enquanto o referido item não for atendido. Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente poderá ser utilizado.
15. Listade verificação (Checklist.[doc](#).,[pdf](#)).
16. Os artigos serão publicados em ordem de aprovação.
17. Os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.
18. Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados antes de dirigir-se à Comissão Editorial.
19. Todos os artigos encaminhados devem pagar a [taxade tramitação](#). Artigos reencaminhados (**com decisão de Reject and Rsubmit**)deverão pagar a taxa de tramitação novamente. Artigos arquivados por **decorso de prazonão** terão a taxa de tramitação reembolsada.
20. Todos os artigos submetidos passarão por um processo de verificação de plágio usando o programa "Cross Check".



Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério
da Educação

